



Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM



Conselho Fiscal Relatório de Controles Internos 2º Semestre de 2022

29 de junho de 2023

Sumário

1	INTRODUÇÃO	2
2	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	3
3	ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ÀS NORMAS EM VIGOR E ÀS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS	4
3.1.	POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2º SEMESTRE DE 2022.....	4
3.2.	ALOCAÇÃO.....	5
3.3.	COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS E ENQUADRAMENTO A SEUS LIMITES.....	6
3.4.	RENTABILIDADE.....	14
3.5.	CUSTOS COM GESTÃO DE RECURSOS	23
3.6.	CONTROLE DE RISCOS DE INVESTIMENTOS	24
3.7.	MANIFESTAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	26
4	ANÁLISE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	27
4.1.	PLANOS DE BENEFÍCIOS APROVADOS PELA PREVIC	27
4.2.	DESEMPENHO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	28
4.3.	MANIFESTAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	43
5	CUSTOS E ORÇAMENTO	44
5.1.	GESTÃO PREVIDENCIAL	45
5.2.	GESTÃO ADMINISTRATIVA	48
5.3.	ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DE GESTÃO.....	58
5.4.	INVESTIMENTOS EM IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	64
5.5.	MANIFESTAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	64
6	GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS.....	66
6.1.	CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.....	66
6.2.	GESTÃO DE RISCO E COMPLIANCE	68
6.3.	CONTROLES INTERNOS	68
6.4.	CONTROLADORIA.....	69
6.5.	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL .	72
7	PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO	73
7.1.	CONFORMIDADE AOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PREVCOM.....	73
7.2.	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	79
8	ACOMPANHAMENTO DOS APONTAMENTOS DO RELATÓRIO ANTERIOR (1º SEMESTRE/2022).....	80
	ANEXOS	90

1 Introdução

A Prevcom administra os planos de benefícios, todos de Contribuição Definida e formatados de acordo com as normas que regulam o Regime de Previdência Complementar.

As atividades foram desenvolvidas no decorrer do **2º semestre de 2022**.

As informações contidas neste relatório, referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)
- PREVCOM-PA (CNPB 2022.0012-65) – Aguardando início de funcionamento
- Plano de Gestão Administrativa – PGA Consolidado*

* As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada, em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.

Conforme Portaria PREVIC nº 686, de 1º de agosto de 2022, publicada no D.O.U em 03 de agosto de 2022, foi aprovado o Convênio de Adesão do Plano de Benefícios PREVCOM-PA, patrocinado pelo Estado do Pará (A data oficial, de início de funcionamento, ocorreu em 15 de março de 2023 – por meio do Despacho PREVIC em resposta ao Ofício nº 47/2023/PRESIDÊNCIA, protocolado em 17 de março de 2023, em que a Fundação informa a respectiva data).

2 Manifestação do Conselho Fiscal¹

No dia 31 de maio de 2023, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal (“CF”): José Roberto de Moraes e Jaime Alves de Freitas (Indicados pelos Patrocinadores); Daniel de Souza Coelho e Paulo Rafael Minetto Maceta (Eleitos pelos Participantes e Assistidos), em atendimento ao art. 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004, para emitir parecer sobre princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos da organização, mediante análise da documentação disponibilizada pela Fundação, referente aos procedimentos adotados durante o **2º Semestre de 2022**.

Todas as conclusões para a manifestação deste CF foram assumidas com base nas informações fornecidas pelas áreas competentes da PREVCOM, presentes ou não neste relatório.

¹ Resolução CGPC nº 13 de 2004, Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo: I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária; II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso; III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las. Parágrafo único. **As conclusões, recomendações, análises e manifestações** referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo: I - **devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas**; II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos

3 Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos

3.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 2º semestre de 2022

As Políticas de Investimentos (Anexo I) estão segregadas por planos Plano de Benefícios:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)
- Plano de Gestão Administrativa – PGA Consolidado*

As políticas mencionadas estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.994, de 24.03.2022 e à INSTRUÇÃO PREVIC nº 35, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020. Tais políticas foram confeccionadas e aprovadas obedecendo as melhores práticas de governança em consonância com o nível de risco deliberado pelo conselho deliberativo, visando obter retornos consistentes no longo prazo. Entretanto, usualmente são revistas anualmente e podem ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal.

Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Em processo avançado para individualização de CNPJ, realizando procedimentos necessários juntos ao Custodiante e Gestores dos Fundos que compõe as carteiras dos Planos administrados pela Prevcom, a transferência e implementação do registro, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), dos planos de benefícios, nos termos da Resolução CNPC nº 46, de 1º de outubro de 2021, e na forma do § 4º do art. 36 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

No início do 2º Semestre de 2022 (26/06), foi segregado o processo de Avaliação Técnica de Investimentos da Gestão de Riscos dos Investimentos, através da contratação da Aditus Consultoria e Sistemas. Ficando

sob responsabilidade da PPS Consultoria, a elaboração e discussão do estudo de Asset Liability Management (ALM)², discussões sobre estratégias de investimentos e avaliação de novos fundos.

3.2. Alocação

A alocação de ativos é orientada por estudo de ALM. Esse estudo constrói a modelagem de uma carteira eficiente de ativos, baseada em cenário macroeconômico e soluções de investimento existentes (classe de ativos), que são definidas em comum acordo entre o Comitê de Investimentos da Prevcom e a PPS Portfolio e Performance. A PPS realiza os testes estatísticos que geram um conjunto de soluções ótimas de alocação de carteira de investimentos para cada Plano, propriamente adequado aos limites definidos em suas políticas de investimento e com risco-retorno calculado. Cabe ao Comitê de investimento da Prevcom definir qual a solução mais adequada a ser aplicada. A revisão de estudos de ALM, podem ocorrer ao longo do ano ou no momento da revisão das Políticas de Investimentos dos Planos. O último estudo foi realizado em Julho de 2022 e propriamente aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 92ª Reunião Extraordinária.

O enquadramento das carteiras é monitorado internamente e pela Aditus Consultoria e Sistemas Ltda., por Plano e por Fundo investido. A Aditus gera mensalmente um relatório detalhado, aplicando as regras de limites de alocação e concentração, derivativos e vedações por Planos, em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução 4994/22 e Políticas de Investimentos individuais por plano.

Os serviços de administração fiduciária e custódia centralizada é feito através da Intrag Administradora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (empresa que faz parte do Grupo Itaú Unibanco).

Cada Plano tem uma carteira própria, na qual as movimentações são feitas:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)

² Asset Liability Management, Gestão de Ativos e Passivos em tradução livre para o português, é uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. O objetivo desse estudo é garantir a rentabilidade dos planos em diferentes cenários e auxiliar na formulação e execução das políticas de investimentos dos planos, o que garante maior probabilidade de sucesso.

Patrocinador	Plano	Patrimônio (R\$ 1.000)	%
ENTES	MULTI	15,9	0,62%
	RO	7,2	0,28%
	SP	4,8	0,19%
	MT	3,3	0,13%
	MS	2,4	0,09%
	Total Entes		33,5
SP	RG UNIS	985,4	38,19%
	RG	933,2	36,16%
	RP	628,5	24,35%
	Total SP	2.547,1	98,70%
Consolidado	Total	2.580,6	100,00%

3.3. Composição das carteiras e enquadramento a seus limites

Nos quadros abaixo a composição das carteiras dos 8 planos administrados pela Prevcom é apresentada e os quadros demonstram a alocação dos recursos por categoria de fundo e sua aderência aos limites estabelecidos pelas Políticas de Investimentos de cada plano e pela legislação vigente, Resolução 4994/22.

Destaca-se que nos meses: Julho, Agosto e Setembro, observou-se um leve desenquadramento na classe de FIP, nas carteiras de 2 planos: 0,21% do Plano RG Unis e 0,14% do Plano RG. Que se deveu à rentabilidade expressiva do BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FI PARTIC MULT no ano de 2022. O fato ocorreu especificamente em decorrência da precificação dos ativos realizada em 03/2022, que gerou um retorno de 91,85% para a carteira dos fundos, bem como pelos aportes realizados para integralização de capital anteriormente comprometido. Desta forma, verificou-se um **desenquadramento de natureza passiva** em relação ao limite gerencial de 5,00%, estabelecido pela Política de Investimentos vigente. Optando pelo alinhamento às diretrizes de tratamento legal, ainda que se trate de uma abordagem de âmbito gerencial, a Entidade visa observar o prazo de dois anos, previsto pela Resolução 4.994/2022, Art. 35, § 1º, para regularização Conforme aprovação de novo Estudo de ALM realizado em Julho/2022 e aprovado pelo Conselho Deliberativo, o percentual para essa classe de ativos passou de 5% para 10%. As Políticas de Investimentos foram atualizadas em outubro/22 e a desde de então os relatórios não mais apontaram desenquadramento.

Carteira Consolidada Prevcom em 30 de dezembro de 2022, incluindo os 8 planos (RP, RG, RG UNIS, MULT, RO, MT MS e SP PREV):

Segmento	Fundos	Patrimônio (Milhões)	Indexador	%T
Renda Fixa	Bela Cintra	1035,19	Inflação	40,11%
	Itaú Inflação 5 (IMA-B 5)	40,37		1,56%
		1.075,56		41,68%
	Capitania PREMIUM FIC RF	158,73	Juros/CDI	6,15%
	BTG Pactual Infra-B Incentivado	1,01		0,04%
	Itaú Inst. Global Dinâmico	190,91		7,40%
	Itaú Inst. Legend	110,43		4,28%
	Itaú Soberano RF Simples	166,46		6,45%
	Western Asset RF Ativo FI	6,51		0,25%
	BTG Pactual Crédito Corporativo I	22,67		0,88%
	Itaú Institucional Optimus RF	191,71		7,43%
Total	848,43			32,88%
	1.923,99		74,56%	
Segmento	Fundos	Patrimônio (Milhões)	Indexador	%T
Ações Local	Itaú Now Ibov. (BOVV11)	71,58	IBOVESPA	2,77%
	Itaú Momento 30 II FIA	11,13		0,43%
	Az QUEST Small Mid Caps Inst. FIA	23,79		0,92%
	Itaú Institucional Ações Phoenix	47,34		1,83%
	Vinci Selection EQ FIA	11,73		0,45%
	Total	165,57		
Ações Exterior	Alliazgi Euro	57,91	MSCI EUROPE	2,24%
	Total	57,91		2,24%
Segmento	Fundos	Patrimônio (Milhões)	Indexador	%T
Imobiliário	Capitania REIT FII	63,19	IFIX	2,45%
	Total	63,19		2,45%
Fundos Estruturados		Patrimônio (Milhões)	Indexador	%T
Estruturado	Multimercado	Itaú Global Dinâmico Plus MM FIC FI	CDI	1,40%
		Itaú Macro Opportunity MM		1,24%
		Itaú Hedge Plus MM FIC FI		6,78%
		Sub-Total MM		9,42%
	FIP	BTG Pactual FIP Economia Real	IPCA	4,09%
		BTG Pactual FIP de Impacto		0,82%
		Sub-Total FIP		4,92%
	Total	369,92		14,33%
	Patrimônio Total (R\$ 1.000)		2.580,58	

Carteira do Plano PREVCOM RP

Segmento	Fundos		Patrimônio	% T	Limite			
					Lei	PI		
Renda Fixa	WESTERN ASSET RF ATIVO		RF Grau de Inv (CDI)	4.850.823,77	0,77%			
	ITAU LEGEND FICFI	Ativo	RF Grau de Inv (CDI)	26.076.045,01	4,15%			
	ITAU INST OPTIMUS RF LP		RF Grau de Inv (CDI)	51.115.613,08	8,13%		0%	
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC		RF Grau de Inv (CDI)	100.391.141,75	15,97%			
	BELA CINTRA FI RF		IPCA	RF Index. (IPCA)	191.260.815,59	30,43%		40%
	ITAÚ INST IMAB5 FICFI	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	14.927.251,07	2,38%		4%	
	CAPITANIA P45 FIC RF CP	Créd.	RF Credito Livre (CDI)	36.939.662,16	5,88%			
	BTG CORP I FIQ FI RF CP		RF Credito Livre (CDI)	8.641.081,91	1,37%		15%	
	BTG INFRAB FUNDOIII RF		RF Credito Livre (CDI)	361.911,75	0,06%			
	ITAU SOBERANO RFS FICF		CDI	RF Simples (CDI)	55.765.195,43	8,87%		0%
Total			490.329.541,52	78,02%	100%	58,7%		
Renda Variável	IT NOW IBOV FI	Ações	Ações- ações livre	14.537.657,20	2,31%			
	AZ QUEST SMALL M FIA		Ações- ações livre	7.540.775,35	1,20%			
	ITAÚ INST. PHOENIX		Ações- ações livre	8.608.257,98	1,37%		7,60%	
	IT ACOES M 30 II FIC		Ações- ações livre	3.155.744,16	0,50%			
	VINCI SELECTION EQUITIE		Ações- ações livre	2.914.084,35	0,46%			
	Total				36.756.519,04	5,85%	70%	7,6%
Ações Exterior	VOT ALLIANZ EUR EQ G			12.679.941,07	2,02%		2,50%	
	Total			12.679.941,07	2,02%	10%	2,5%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CI	Imob.	Fundo Imobiliário	11.877.782,51	1,89%		4,70%	
	Total			11.877.782,51	1,89%	20%	4,7%	
Estrutura do	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI		6.598.132,16	1,05%			
		I MACRO OPPOT FICFIM	Multimercado	6.605.736,65	1,05%		9,00%	
		HEDGE PLUS MM FIC		37.725.688,88	6,00%			
		Sub-Total MM		50.929.557,69	8,10%	15%	9,0%	
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU		FIP	21.247.218,49	3,38%		
		BTG INV IMP FIP CLA			4.629.391,74	0,74%		
		Sub-Total FIP		25.876.610,23	4,12%	15%	10%	
		Total Estruturado		76.806.167,92	12,22%	20%	19%	
Patrimônio Total			628.449.952,06	100,00%		92,50%		

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM RG

Segmento	Fundos		Patrimônio	% T	Limite			
					Lei	PI		
Renda Fixa	Western Asset RF ATIVO f		RF Grau de Inv (CDI)	834.981,62	0,09%			
	ITAU LEGEND FICFI	Ativo	RF Grau de Inv (CDI)	38.614.887,98	4,14%		0,0%	
	ITAU INST OPTMUS RF LP		RF Grau de Inv (CDI)	69.078.697,24	7,40%			
	ITAU II GLOBAL DINAMIC		RF Grau de Inv (CDI)	41.417.190,13	4,44%			
	BELA CINTRA FI RF		IPCA	RF Index. (IPCA)	408.042.778,42	43,73%		40,0%
	CAPITANIA P45 FIC RF CP	Créd.	RF Credito Livre (CDI)	58.575.411,46	6,28%		15,0%	
	BTG CORP I FIQ FI RF CP		RF Credito Livre (CDI)	6.874.474,57	0,74%			
	BTG INFRAB FUNDOIII RF		RF Credito Livre (CDI)	361.911,75	0,04%			
	ITAU INST IMAB5 FICFI	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	9.612.839,95	1,03%		3,7%	
	ITAU SOBERANO RFS FICF	CDI	RF Simples (CDI)	48.943.398,57	5,24%		0,0%	
Total			682.356.571,69	73,12%	100%	58,7%		
Renda Variável	IT NOW IBOV FI	Ações	Ações- ações livre	27.624.459,50	2,96%			
	AZ QUEST SMALL M FIA		Ações- ações livre	8.561.661,44	0,92%			
	ITAU INST. PHOENIX		Ações- ações livre	17.933.870,78	1,92%			
	IT ACOES M 30 II FIC		Ações- ações livre	4.223.323,01	0,45%			
	VINCI SELECTIONS EQUITI		Ações- ações livre	4.162.977,64	0,45%			
Total			62.506.292,37	6,70%	70%	0,0%		
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	Europe	Inv. Exterior	22.873.495,02	2,45%		2,50%	
	Total			22.873.495,02	2,45%	10%	2,5%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CI	Imob.	Fundo Imobiliário	24.392.846,08	2,61%		4,7%	
	Total			24.392.846,08	2,61%	20%	4,7%	
Estrutura do	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI		13.823.475,54	1,48%			
		I MACRO OPPOT FICFIM	Multimercado	12.035.066,68	1,29%		9,0%	
		HEDGE PLUS MM FIC		66.473.776,73	7,12%			
		Sub-Total MM		92.332.318,95	9,89%	15%	9,0%	
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU		FIP	40.666.605,65	4,36%		
		BTG INV IMP FIP CL A			8.064.376,30	0,86%		10,0%
		Sub-Total FIP		48.730.981,95	5,22%	15%	10,0%	
Total Estruturado			141.063.300,90	15,12%	20%	19%		
Patrimônio Total			933.192.506,06	100,00%		84,90%		

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM RG UNIS

Segmento	Fundos			Patrimônio	% T	Limite		
						Lei	PI	
Renda Fixa	WESTERN ASSET RF ATIVO		RF Grau de Inv (CDI)	456.092,96	0,05%			
	ITAU LEGEND FICFI	Ativo	RF Grau de Inv (CDI)	39.135.173,68	3,97%		0,0%	
	ITAU INST OPTIMUS RF LP		RF Grau de Inv (CDI)	71.340.232,48	7,24%			
	ITAU II GLOBAL DINAMIC		RF Grau de Inv (CDI)	41.416.131,52	4,20%			
	BELA CINTRA FI RF		IPCA	RF Index. (IPCA)	434.593.311,14	44,10%		40,0%
	ITAU INST IMAB5 FICFI	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	14.348.626,64	1,46%		3,7%	
	CAPITANIA P45 FIC RF CP	Créd.	RF Credito Livre (CDI)	61.899.347,68	6,28%		15,0%	
	BTG CORP I FIQ FI RF CP		RF Credito Livre (CDI)	6.110.042,37	0,62%			
	BTG INFRAB FUNDOIII RF		RF Credito Livre (CDI)	281.486,92	0,03%			
	ITAU SOBERANO RFS FICF	CDI	RF Simples (CDI)	52.243.071,40	5,30%		0,0%	
Total			721.823.516,79	73,25%	100%	58,7%		
Renda Variável	IT NOW IBOV FI	Ações	Ações- ações livre	29.422.168,60	2,99%			
	AZ QUEST SMALL M FIA		Ações- ações livre	7.030.727,69	0,71%			
	ITAU INST. PHOENIX		Ações- ações livre	20.391.550,31	2,07%		7,6%	
	IT ACOES M 30 II FIC		Ações- ações livre	3.458.950,09	0,35%			
	VINCI SELECTION EQUITIE		Ações- ações livre	4.509.892,44	0,46%			
	Total				64.813.289,13	6,58%	70%	7,6%
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	Europe	Inv. Exterior	22.058.802,82	2,24%		2,5%	
	Total			22.058.802,82	2,24%	10%	2,5%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CI	Imob.	Fundo Imobiliário	26.644.073,38	2,70%		4,7%	
	Total			26.644.073,38	2,70%	20%	4,7%	
Estrutura do	Multimercado	ITAU GLOBAL PLUS FICFI		15.415.544,05	1,56%			
		I MACRO OPPOT FICFIM	Multimercado	13.238.573,35	1,34%		9,0%	
		HEDGE PLUS MM FIC		69.626.701,84	7,07%			
		Sub-Total MM		98.280.819,24	9,97%	15%	9,0%	
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU		FIP	43.341.437,81	4,40%		
		BTG INV IMP FIP CL A			8.465.112,68	0,86%		10,0%
		Sub-Total FIP			51.806.550,49	5,26%	15%	10,0%
	Total Estruturado			150.087.369,73	15,23%	20%	19%	
Patrimônio Total			985.427.051,85	100,00%		92,50%		

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM RO

Segmento	Fundos			Patrimônio	% T	Limite		
						Lei	PI	
Renda Fixa	ITAU LEGEND FICFI	Ativo	RF Grau de Inv (CDI)	1.419.058,28	19,82%	100%	29,4%	
	ITAU INST OPTIMUS RF LP		RF Grau de Inv (CDI)	37.204,51	0,52%			
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC		RF Grau de Inv (CDI)	1.760.959,32	24,60%			
	BELA CINTRA FI RF	IPCA	RF Index. (IPCA)	279.851,56	3,91%		7,0%	
	ITAU INST IMAB5 FICFI	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	353.265,81	4,94%		1,7%	
	CAPITANIA P45 FIC RF CP	Créd.	RF Credito Livre (CDI)	392.676,14	5,49%		15,0%	
	BTG CORP I FIQ FI RF CP		RF Credito Livre (CDI)	216.878,86	3,03%			
	IT SOBERANO RFS FICF	CDI	RF Simples (CDI)	1.895.440,10	26,48%		3,3%	
Total			6.355.334,58	88,78%		56,4%		
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	Ações	Ações- ações livre	193.189,36	2,70%	70%	9,6%	
	ITAÚ INST. PHOENIX		Ações- ações livre	71.735,48	1,00%			
	IT ACOES M 30 II FIC		Ações- ações livre	43.038,97	0,60%			
			Ações- ações livre	43.711,27	0,61%			
Total			351.675,08	4,91%		9,6%		
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G			69.941,39	0,98%	10%	2,5%	
	Total			69.941,39	0,98%			
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CI	Imob.	Fundo Imobiliário	55.181,09	0,77%	20%	5,0%	
	Total			55.181,09	0,77%			
Estrutura do	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI		37.032,12	0,52%	15%	9%	
		I MACRO OPPOT FICFIM	Multimercado	35.711,80	0,50%			9,00%
		HEDGE PLUS MM FIC		166.652,05	2,33%			
		Sub-Total MM		239.395,97	3,34%			
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU		FIP	63.392,99		0,89%	10,0%
		BTG INV IMP FIP CL A			23.405,84		0,33%	
Sub-Total FIP				86.798,83	1,21%	15%	10,0%	
Total Estruturado			326.194,80	4,56%	20%	19%		
Patrimônio Total			7.158.326,94	100,00%		92,50%		

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM MULTI

Segmento	Fundos		Patrimônio	% T	Limite		
					Lei	PI	
Renda Fixa	WESTERN ASSET RF ATIVO		RF Grau de Inv (CDI)	362.074,02	2,28%		
	ITAÚ INST OPTIMUS RF LP		RF Grau de Inv (CDI)	134.355,45	0,84%		
	ITAÚ LEGEND FICFI	Ativo	RF Grau de Inv (CDI)	4.694.155,36	29,50%	28,2%	
	ITAÚ II GLOB. DINAMIC FI		RF Grau de Inv (CDI)	2.646.417,01	16,63%		
	BELA CINTRA FI RF	IPCA	RF Index. (IPCA)	1.011.583,30	6,36%	8,0%	
	INST IMAB5 FICFI	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	993.531,68	6,24%	1,7%	
	CAPITANIA P45 FIC RF CP	Créd.	RF Credito Livre (CDI)	790.301,85	4,97%	15,0%	
	BTG PACTUAL CORP I FIQ	Créd.	RF Credito Livre (CDI)	376.171,16	2,36%		
	IT SOBERANO RFS FICF	CDI	RF Simples (CDI)	1.801.556,59	11,32%	3,3%	
Total			12.810.146,42	80,51%	100%	56,2%	
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA		Ações- ações livre	427.513,23	2,69%		
	ITAÚ INST. PHOENIX	Ações	Ações- ações livre	267.987,63	1,68%	9,8%	
	IT ACOES M 30 II FIC		Ações- ações livre	230.910,69	1,45%		
	VINCI SELECTI EQ FIA		Ações- ações livre	86.728,71	0,55%		
	Total			1.013.140,26	6,37%	70%	9,8%
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	Europe	Inv. Exterior	224.270,96	1,41%	2,5%	
	Total			224.270,96	1,41%	10%	3%
Imobiliário	CAPITANIA REIT FIC FIM	Imob.	Fundo Imobiliário	218.757,55	1,37%	5,0%	
	Total			218.757,55	1,37%	20%	5%
Estrutura do	Multimercado	ITAÚ GLOB PLUS FICFI		179.681,89	1,13%		
		I MACRO OPPOT FICFIM	Multimercado	178.558,97	1,12%	9,0%	
		HEDGE PLUS MM FIC		854.314,88	5,37%		
		Sub-Total Estrut. Multimercado		1.212.555,74	7,62%	15%	9,0%
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU		FIP	336.335,05	2,11%	
		BTG INV IMP FIP CL A			95.751,17	0,60%	10,00%
		Sub-Total Estrut. F.Participações		432.086,22	2,72%	15%	10,0%
Total			1.644.641,96	10,34%	20%	19,0%	
Patrimônio Total			15.910.957,15	100,00%		92,50%	

Carteiro do Plano de Benefícios PREVCOM MS

Segmento	Fundos	Patrimônio			% T	Limite		
						Lei	PI	
Renda Fixa	CAPITANIA P45 FIC RF CP	32.754,25	Cred.	F Credito Livre (CD	1,38%	100%	95%	
	BTG PACTUAL CORP I FIQ	113.713,83		F Credito Livre (CD	4,81%			
	ITAÚ INST IMAB5 FICFI	58.443,48	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	2,47%			0,0%
	ITAÚ SOBERANO RFS FICF	1.566.388,19	CDI	RF Simples (CDI)	66,19%			17,0%
	ITAU LEGEND FICFI	74.413,88	Ativo	RF Grau de Inv (CDI	3,14%			62,8%
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC	497.035,37		RF Grau de Inv (CDI	21,00%			
Total		2.342.749,00			99,00%			
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	4.094,06	Ações	Ações- ações livre	0,17%	70%	5%	
	ITAÚ INST. PHOENIX	12.137,89		Ações- ações livre	0,51%			
	ITAÚ AÇÕES M 30 II FIC	2.611,22		Ações- ações livre	0,11%			
	VINCI SELECTI EQ FIA	4.856,81		Ações- ações livre	0,21%			
Total		23.699,98			1,00%			
Patrimônio Total		2.366.448,98			100,00%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM MT

Segmento	Fundos	Patrimônio			% T	Limite		
						Lei	PI	
Renda Fixa	BTG PACTUAL CORP I FIQ	251.057,12	Créd.	F Credito Livre (CD	7,61%	100%	95%	
	ITAÚ SOBERANO RFS FICF	1.484.602,67	CDI	RF Simples (CDI)	45,00%			17,2%
	ITAU LEGEND FICFI	89.732,22	Ativo	RF Grau de Inv (CDI	2,72%			62,8%
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC	1.336.899,01		RF Grau de Inv (CDI	40,52%			
	CAPITA P45 FIC RF CP	104.509,96		F Credito Livre (CD	3,17%			
Total		3.266.800,98			99,02%			
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	6.008,20	Ações	Ações- ações livre	0,18%	70%	5%	
	ITAÚ INST. PHOENIX	26.403,35		Ações- ações livre	0,80%			
Total		32.411,55			0,98%			
Patrimônio Total		3.299.212,53			100,00%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM SP

Segmento	Fundos	Patrimônio	Classe	% T	Limite		
					Lei	PI	
Renda Fixa	ITAÚ INST IMAB5 FICFI	78.820,49	IMAB 5	RF Index. (IMAB 5)	1,65%		0,0%
	ITAÚ SOBERANO RFS FICF	2.761.292,97	CDI	RF Simples (CDI)	57,82%		17,0%
	BTG PACTUAL CORP I FIQ	90.032,50	Credito	F Credito Livre (CD	1,89%		15,0%
	ITAÚ LEGEND FICFI	322.291,03	Ativo	RF Grau de Inv (CDI	6,75%		62,8%
	WESTERN Asset RF ATIVO	7.208,13		RF Grau de Inv (CDI	0,15%		
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC	1.443.241,66		RF Grau de Inv (CDI	30,22%		
TOTAL	4.702.886,78			98,47%	100%	95%	
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	22.547,64	Ações	Ações- ações livre	0,47%		5,0%
	ITAÚ INST. PHOENIX	27.161,52		Ações- ações livre	0,57%		
	IT ACOES M 30 II FIC	14.906,79		Ações- ações livre	0,31%		
	VINCI SELECTI EQ FIA	8.325,95		Ações- ações livre	0,17%		
	TOTAL	72.941,90				1,53%	70%
Patrimônio Total	4.775.828,68			100,00%			

3.4. Rentabilidade

A Prevcom adota a modalidade de gestão terceirizada dos seus recursos, o que permite que as alocações sejam feitas através de seleção de fundos de investimentos condominiais e de gestores especializados para gestão fundo exclusivo. As alocações são feitas, seguindo rigorosamente as determinações da Política de Investimentos, que é pautada em Estudo de ALM (Fronteira Eficiente), assim como do Guia de Melhores Práticas em Investimentos da PREVIC (itens: Gestão de Investimentos e Terceirização).

Para atender à solicitação de esclarecimento do Conselho Fiscal quanto as responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, segue fluxograma de Processo de Seleção:



Os 8 Planos têm como rentabilidade alvo de longo prazo, IPCA + 4,00%. Os investimentos devem buscar o cumprimento do alvo, observando:

- Aderência das características dos fundos com as Políticas de Investimentos;
- Diversificação entre as classes de fundos, ativos e gestores;
- Otimização risco e retorno;
- Cenário econômico esperado.

O quadro a seguir, demonstra a rentabilidade mensal da carteira consolidada no 2º semestre de 2022. O retorno acumulado no ano foi de 8,68%. Apresentando 1,34 pontos abaixo da rentabilidade alvo de 10,02%. O retorno abaixo do alvo, é explicado principalmente em função das alocações feitas em fundos de ações locais e no exterior.

Retorno Mensal (%)	Dez./22	Nov./22	Out./22	Set./22	Ago./22	Jul./22	Ano	12 meses
Carteira	0,54%	0,24%	1,18%	0,32%	0,85%	1,12%	8,68%	8,68%
% do CDI	47,69%	23,88%	115,92%	29,40%	72,60%	108,63%	70,07%	70,07%
CDI	1,12%	1,02%	1,02%	1,07%	1,17%	1,03%	12,39%	12,39%
IPCA	0,62%	0,41%	0,59%	-0,29%	-0,36%	-0,68%	5,78%	5,78%
IPCA+4%	0,95%	0,74%	0,92%	0,04%	-0,03%	-0,35%	10,02%	10,02%
IMA-B	-0,19%	-0,79%	1,23%	1,48%	1,10%	-0,88%	6,37%	6,37%
Poupança	0,71%	0,65%	0,65%	0,68%	0,74%	0,66%	7,90%	7,90%
IBOVESPA	-2,45%	-3,06%	5,45%	0,47%	6,16%	4,69%	4,69%	4,69%
MSCI Europe	-1,50%	11,98%	4,13%	-4,79%	-6,64%	3,88%	-22,66%	-22,66%
MSCI World	-5,72%	7,55%	4,14%	-5,49%	-4,51%	6,84%	-24,70%	-24,70%

Abaixo quadro com desempenho individual por Plano no 2º semestre de 2022:

Retorno Mensal (%)	Jul./22	Ago./22	Set./22	Out./22	Nov./22	Dez./22	Ano
Prevcom RG	1,14%	0,83%	0,27%	1,18%	0,26%	0,50%	8,52%
Prevcom RP	1,16%	0,89%	0,39%	1,22%	0,25%	0,63%	8,74%
Prevcom RG Unis	1,10%	0,84%	0,31%	1,16%	0,23%	0,50%	8,89%
Prevcom RO	1,22%	1,06%	0,57%	1,43%	-0,13%	0,86%	7,82%
Prevcom Mult	1,24%	1,06%	0,50%	1,43%	-0,41%	0,75%	8,02%
Prevcom SPPREV	0,96%	0,88%	0,98%	1,16%	0,42%	1,05%	11,06%
Prevcom MS	0,96%	1,07%	0,92%	1,17%	0,59%	1,06%	11,63%
Prevcom MT	0,98%	1,06%	1,04%	1,10%	0,52%	1,08%	11,91%

Abaixo quadro com resultado acumulado no ano de 2022, individual por plano e Carteira Consolidada:

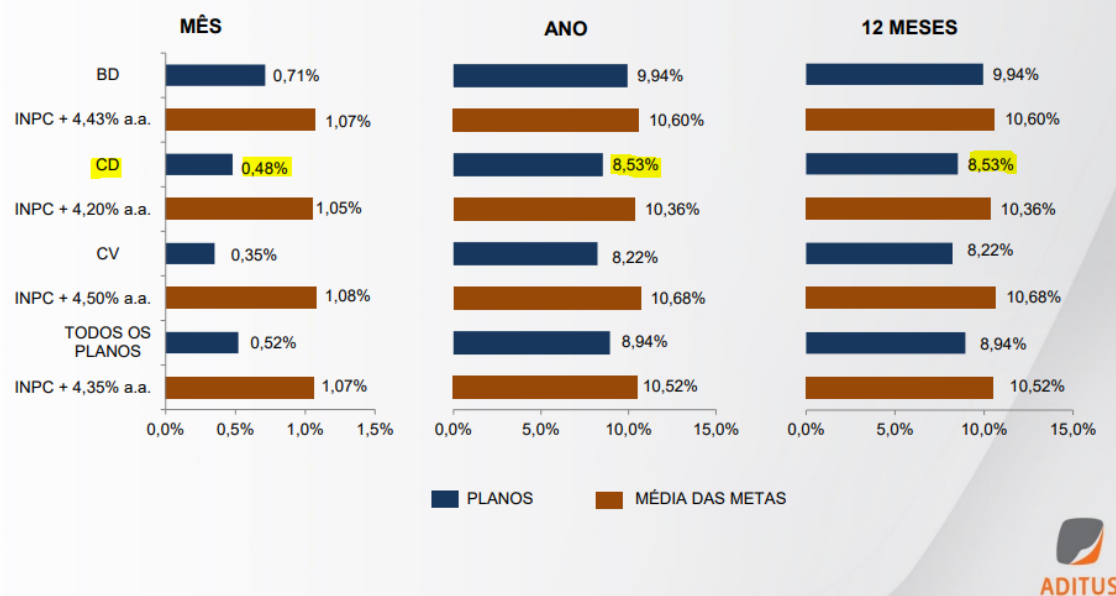
Planos	Carteira (%)	% em relação a Meta 10,02% - IPCA+4 (%)
MS	11,63	116,07%
MT	11,91	118,86%
SPPREV	11,06	110,38%
UNIS	8,89	88,72%
RP	8,74	87,23%
RG	8,52	85,03%
SPMULT	8,02	80,04%
RO	7,82	78,04%
Consolidada	8,68	86,63%

3.4.1. Comparativo do Resultado da Carteira Consolidada da Prevcom com outras EFPC

Abaixo estudo elaborado pela Aditus que inclui 120 EFPCs somando um patrimônio total de R\$ 307 bilhões. Na análise por segmentos e consolidada, a amostra é dividida por tipo de plano, possibilitando, assim, a correta comparação de um plano com planos similares.

RESULTADOS DOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS

MEDIANA DAS RENTABILIDADES – DEZEMBRO 2022



Podemos verificar que, apesar da rentabilidade apurada no ano da carteira consolidada (8,68%) ter ficado 1,34 pontos percentuais abaixo da meta (10,02%), apresentou resultado levemente acima da média da amostra de 120 EFPCs. Destaque para os Planos MT, MS e SP Previdência que ficaram consideravelmente acima da média.

3.4.2. Alocações em Fundos de Investimentos no Exterior:

Exposição de 2,45% no Fundo Allianzgi Europe Equity Growth que busca retornos no longo prazo superior ao MSCI Europe e exposição de 2,18% no Fundo M Square Global que busca retorno no longo prazo superior ao MSCI World. Considerando resultados negativos, alta volatilidade nesse mercado e a não aderência ao seu benchmark, no final do mês de outubro, a Gestão decidiu pelo resgate total do Fundo M Square, reduzindo a exposição no mercado exterior em 50%.

Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses
Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	-1,56	19,24	13,2	-38,01
US:MSCI_EUROPE.BRL	-1,5	18,29	5,17	-22,66

Período de análise: 30/06/2022 a 30/12/2022



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
M Square Global Equity Managers FI em cotas de FI MM IE	7,7	-4,59	1,26	-29,22	-29,22
US:MSCI_WORLD.br	-5,72	7,47	-0,18	-24,7	-24,7

Período de análise: 30/06/2022 a 30/12/2022

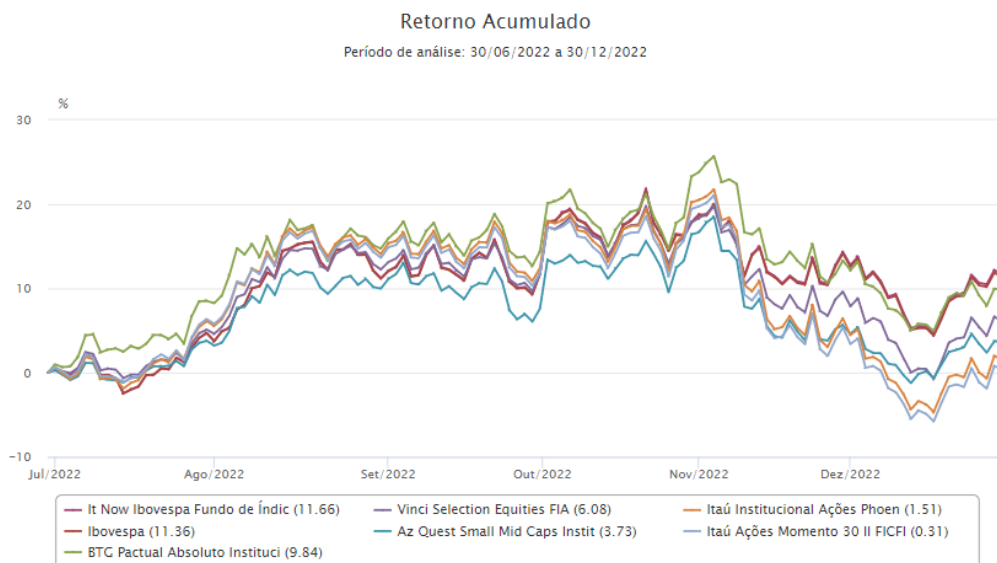


3.4.3. Alocações em Fundos de Ações domésticas:

Os investimentos em ações locais, também sofreram com a alta volatilidade e quedas bruscas durante o ano, porém em níveis mais leve que o mercado de ações no exterior. A Bolsa brasileira encerrou o ano acumulando retorno positivo de 4,69%, porém o retorno médio ponderado apurado nos Fundos que compõe as carteiras dos Planos Prevcom foi de -1,9%. A Gestão manteve as posições nessa classe sem alteração e sem nenhum novo aporte durante todo o ano. Porém, realizou uma troca de Gestor, passando de um Fundo com gestão ativa (BTG Absoluto) para um Fundo também de gestão ativa, porém com estratégia de proteção (Vinci Selection), que acreditamos seja mais adequado para esse momento de incertezas e alta volatilidade. A exposição nessa classe em 30 de dezembro era de 6,42% do patrimônio total.

Comparativo Ibovespa vs. Fundos de Ações que compõe a carteira consolidada com esse alvo:

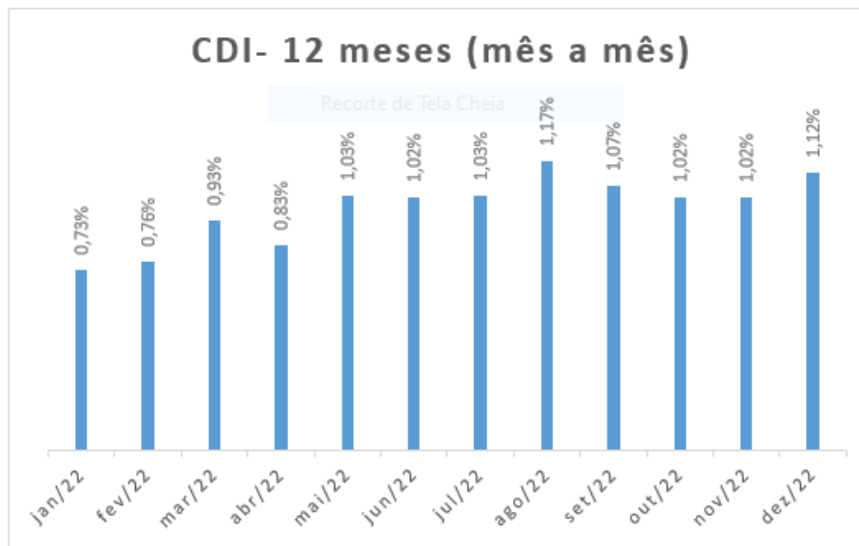
Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Vinci Selection Equities FIA	-3,23	-5,01	6,08	0,18	0,18
It Now Ibovespa Fundo de Índice	-2,34	-0,15	12,03	5,46	5,46
Itaú Ações Momento 30 FICFI	-4,8	-10,28	0,31	-8,1	-8,1
AZ Quest Small Mid-Caps Institucional FIC FIA	-1,8	-3,58	3,73	-8	-8
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	-4,64	-9,69	-9,69	-9,36	-9,36
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC de FIA	-9,61	-4,84	0,79	-9,71	-9,71
IBOVESPA	-2,45	-5,51	10,9	4,69	4,69



3.4.4. Alocações em Fundos de Investimentos em Renda Fixa – indexados ao CDI:

O CDI acumulado no ano de 2022 foi de 12,39%, ficando 2.37 pontos acima do alvo (10,02%). As carteiras foram positivamente impactadas por essa classe, uma vez que detém 42,29% de suas alocações em fundos indexados a esse índice. A expectativa do mercado é que o Banco Central mantenha a taxa de juros nesses níveis por um período prolongado, possivelmente até o final do primeiro semestre de 2023. Até que o Banco Central dê sinais claro de início de ciclo de queda nas taxas de juros, a Gestão optou por efetuar os novos aportes em Fundos que buscam superar esse indicador.

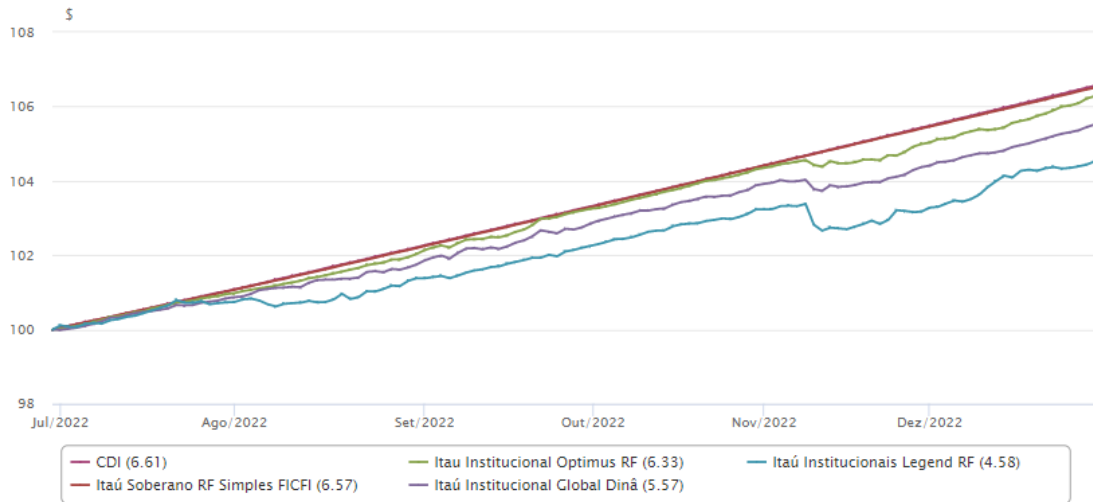
Comparativo CDI vs. Fundos de Renda Fixa com benchmark CDI - 2º Semestre:



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses
Itaú Soberano RF Simples FICFI	1,1	3,17	6,57	12,39
Itaú Institucional Optimus RF LP FIC FI	1,3	2,99	6,33	13,15
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv. Em Cotas de Fund.	1,2	2,65	5,57	11,85
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de Inv.	1,4	2,28	4,58	10,4
CDI	1,1	3,15	6,56	12,39

Evolução de \$100

Período de análise: 30/06/2022 a 30/12/2022

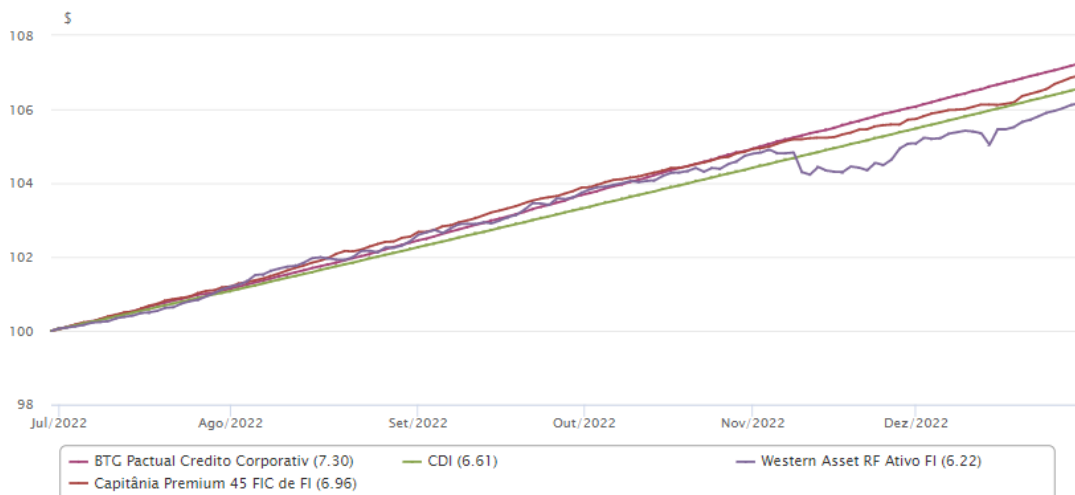


Comparativo CDI vs. Fundos de Renda Fixa de Crédito com benchmark CDI – 2º Semestre

Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd. Priv.	1,2	2,97	6,96	13,93
Western Asset RF Ativo FI	1,1	2,39	6,22	11,66
BTG Pactual Credito Corporativo I FIC de FI de RF Créd. Priv. LP	1,2	3,49	7,3	14,28
CDI	1,1	3,15	6,56	12,39

Evolução de \$100

Período de análise: 30/06/2022 a 30/12/2022

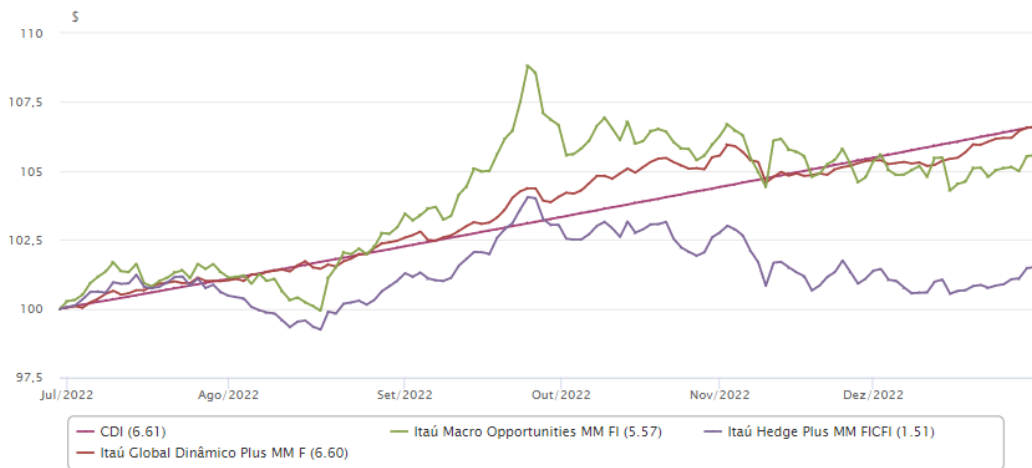


Comparativo CDI vs. Fundos Multimercado com benchmark CDI – 2º Semestre:

Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	1,18	2,44	6,6	16,07	16,04
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	0,76	-1,03	5,57	19,65	19,63
Itaú Hedge Plus MM FICFI	0,41	-1,5	1,51	10,48	10,45
CDI	1,12	3,15	6,56	12,39	12,39

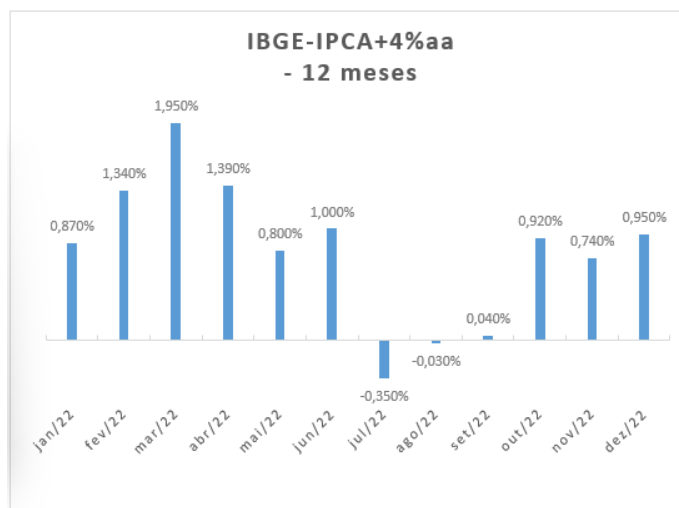
Evolução de \$100

Período de análise: 30/06/2022 a 30/12/2022



3.4.5. Alocações em Fundos de Investimentos em Renda Fixa indexados à inflação:

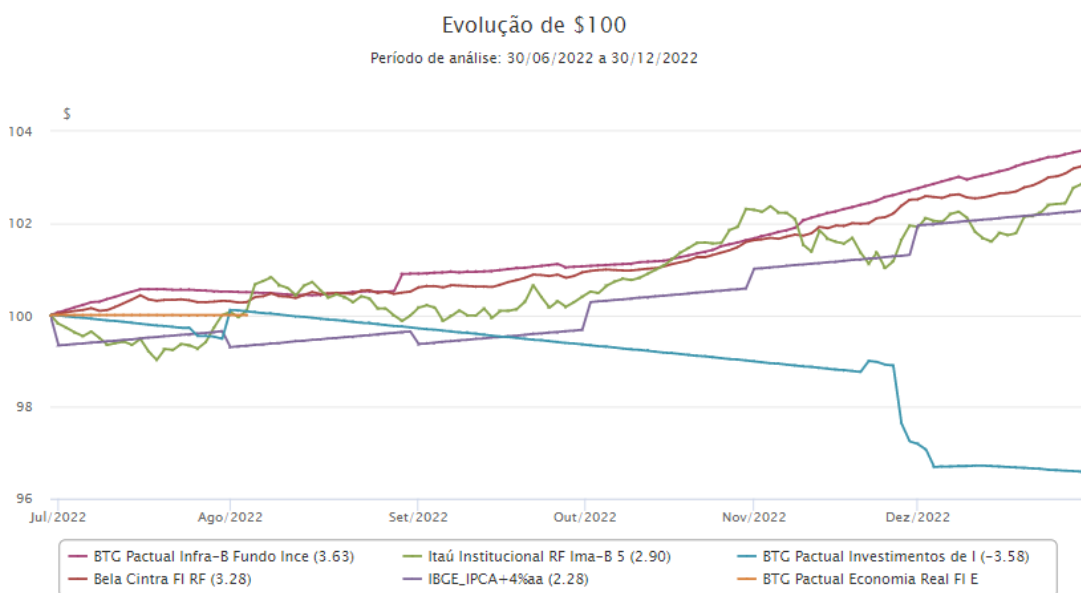
A inflação representada pelo índice IPCA, acumulou 5,78% no ano de 2022. Esse resultado impactou positivamente as carteiras, uma vez que 46,6% da carteira está alocada em fundos indexados à inflação. O Fundo Exclusivo Bela Cintra, composto por NTN-B, representa 40,1% da carteira total.



As curvas futuras de inflação sinalizam que esses índices se mantenham altos e acima da meta em 2023 e 2024. O Boletim Focus divulgado em 06/01/2023 aponta que a inflação acumule 5,48% até o final de 2023, 3,70% em 2024 e 3,30% em 2025. O que nos leva a manter percentuais altos em ativos com esse benchmark.

Comparativo IPCA+4% versus fundos que compõe a carteira consolidada com esse alvo:

Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Bela Cintra FI RF	0,76	2,33	3,28	11,57	11,52
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	0,92	2,49	2,9	9,65	9,6
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento	0,89	2,54	3,63	12,32	12,32
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multi estratégia	-0,11	-0,31	-15,4	57,81	57,81
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - *	-2,03	-2,96	-3,58	6,45	6,48
IBGE_IPCA	0,62	2	2,97	5,78	5,78



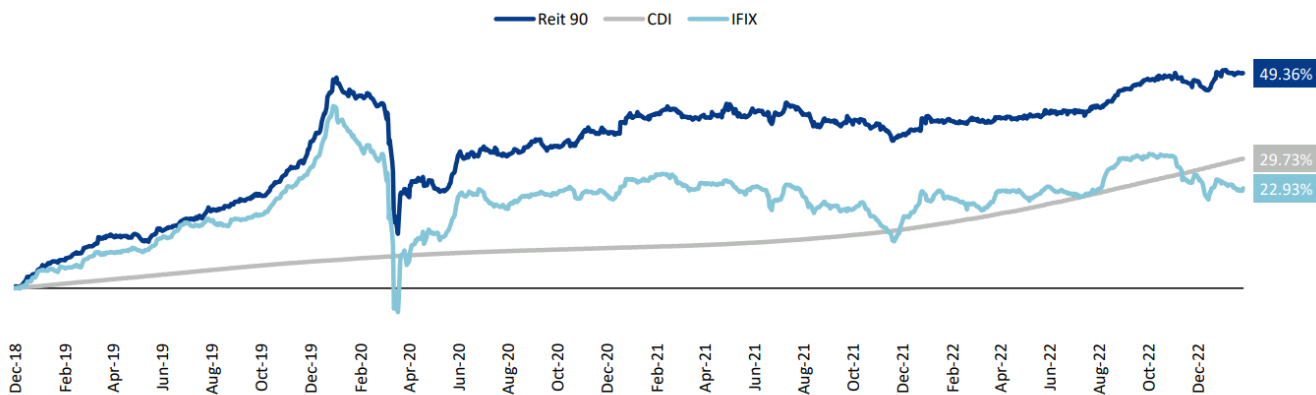
3.4.6. Alocação em Fundo Imobiliário:

O Fundo Capitânia Reit encerrou o ano de 2022 acumulando 7,78% versus seu benchmark 2,25% IFIX, Índice de fundo imobiliário. O objetivo do fundo é gerar retorno superior ao IFIX + 2% a.a. O cenário de incertezas tanto no campo político quanto no econômico que enfrentamos durante 2022, somado a taxa de juro básica elevada, fez com que a demanda por risco diminuísse e consequentemente os investidores migraram para a renda fixa. Dado que a posição nessa categoria é de 2,38%, manteremos como ativo de correlação baixa com as demais categorias e com possibilidade de forte recuperação com a melhora do cenário.

Comparativo IFIX vs. Fundo Capitânia Reit que compõe a carteira consolidada:

Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv.	0,55	-0,76	5,97	7,78
IFIX	0	-3,86	2,69	2,25

Conforme gráfico abaixo, quando observado um período de longo prazo (4 anos), o Fundo apresenta resultado bastante satisfatório em relação ao seu benchmark IFIX e ao CDI.



Informações Gerais	Aug-22	Sep-22	Oct-22	Nov-22	Dec-22	Jan-23	LTM	Acumulado
PL do Fundo	61,060,461	57,574,616	53,597,997	48,349,555	46,628,484	44,273,721	-	44,273,721
% Fundo no Período	2.56%	1.64%	0.66%	-0.88%	1.52%	-0.15%	7.63%	49.36%
% IFIX no Período	5.76%	0.49%	0.02%	-4.15%	0.00%	-1.60%	1.59%	22.93%
% CDI no Período	1.17%	1.07%	1.02%	1.02%	1.12%	1.12%	12.81%	29.73%

3.5. Custos com Gestão de Recursos

Abaixo despesas referentes a serviço de administração, custódia (Selic, Cetip, CBLC, Intrag), controladoria, fiscalização (Anbid), auditoria dos Planos de Benefício e do Fundo Exclusivo Bela Cintra:

Descrição do Lançamento	BELA CINTRA	PLANO MS	PLANO MT	PLANO MULT	PLANO SPPREV	PLANO RG	PLANO RO	PLANO RP	PLANO RG UNIS	Total Geral
Auditoria	R\$ 6.440,00									R\$ 6.440,00
Cartório	R\$ 12,25									R\$ 12,25
Confecção de Livro - Manual	R\$ 652,64									R\$ 652,64
Pagamento de CBLC						R\$ 859,71		R\$ 599,85	R\$ 888,02	R\$ 2.347,58
Taxa ANBID	R\$ 3.270,00									R\$ 3.270,00
Taxa CETIP	R\$ 109.563,25	R\$ 2,43	R\$ 2,83	R\$ 93,13	R\$ 2,99	R\$ 5.534,06	R\$ 31,17	R\$ 17.347,39	R\$ 5.592,56	R\$ 138.169,81
Taxa de Administração	R\$ 357.735,83									R\$ 357.735,83
Taxa de Custódia	R\$ 79.692,07	R\$ 27.069,90	R\$ 27.069,90	R\$ 27.069,90	R\$ 27.069,90	R\$ 179.065,48	R\$ 27.069,90	R\$ 115.556,72	R\$ 187.782,16	R\$ 697.445,93
Taxa SELIC	R\$ 17.569,59									R\$ 17.569,59
Total Geral	R\$ 574.935,63	R\$ 27.072,33	R\$ 27.072,73	R\$ 27.163,03	R\$ 27.072,89	R\$ 185.459,25	R\$ 27.101,07	R\$ 133.503,96	R\$ 194.262,74	R\$ 1.223.643,63

Serviços de Custódia: Os serviços de custódia têm seus custos calculados de acordo com o patrimônio líquido dos Planos, considerando um custo mínimo mensal de R\$ 4.511,65 por plano. Os valores são atualizados anualmente pelo IPC-FIPE acumulado. Abaixo faixas de acordo com o PL:

Custos Custódia - Faixa Patrimônio Líquido		
Valor Inicial	Valor Final	%
0,00	500.000.000,00	0,050
500.000.000,01	1.500.000.000,00	0,045
1.500.000.000,01	999.999.999.999,99	0,040

Serviços de Controladoria: Os serviços de controladoria e escrituração tem seus custos calculados a taxa de 0,015% ao ano sobre o patrimônio líquido apenas do fundo Bela Cintra a ser debitado da taxa de administração do fundo.

Despesas referente a Liquidação de operações: As contas de custódia nos diversos sistemas de liquidação, tais como CETIP, SELIC e CBLC, tem seus custos repassados as carteiras e são reembolsados pelo PGA de cada plano.

3.6. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu para a Política de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação, em consonância as disposições da Resolução CNPC nº 43 de 6 de agosto de 2021, classificou os ativos alocados no fundo “Bela Cintra Fundo de Investimento”, que representa 40% do patrimônio, na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O controle de Risco de Mercado, é feito através do cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico que representa a perda máxima esperada de um dia para uma carteira ou um ativo, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento).

Para atender a recomendação do Conselho Fiscal quanto as “Informações Adicionais de Risco”, a Prevcom contratou a partir de 23/06/2022 a empresa Aditus Consultoria e Sistemas para monitoramento mensal de risco da carteira. Todos os relatórios incluindo, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, serão disponibilizados em até 10 dias úteis após fechamento do mês e envio de toda documentação. Esses relatórios serão enviados mensalmente ao Conselho. Anexo Relatórios de *Compliance*, elaborado individualmente para os 8 Planos, incluindo:

- **Limites de Alocação e Concentração:** análise dos limites de alocação e de concentração estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do plano;
- **Derivativos:** esse item analisa o enquadramento em relação ao Art. 30 da Resolução CMN N° 4.994, que delimita os depósitos de margem para futuros e o prêmio pago em opções. São apresentados somente os fundos com alocação direta, e os fundos classificados no segmento estruturado e exterior, por serem considerados como ativos finais para fins de enquadramento, não estão sujeitos a esses limites;
- **Vedações:** analisa o enquadramento em relação às vedações estabelecidas no Art. 36 da Resolução CMN nº 4.994 e em suas alterações posteriores;
- **Risco de Mercado:** esse item analisa o risco de mercado incorrido pela carteira de investimentos em relação ao limite de VaR e/ou B-VaR dos mandatos e/ou segmentos, assim como o limite de stress test, quando previstos em Política de Investimentos;
- **Risco de Liquidez:** a análise de risco de liquidez demonstra o percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período, adotando como premissa a utilização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias, para cada ativo presente nas carteiras próprias e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento;
- **Risco de Crédito:** a análise de risco de crédito considera as atribuições de notas para os ativos pertencentes à carteira de investimentos do plano. Por se tratar de uma primeira análise, a classificação apresentada nos relatórios de Compliance pode deixar de levar em consideração algumas particularidades de cada ativo, que somente podem ser avaliadas a partir de leitura manual, por analistas especializados. Dessa forma, recomenda-se cautela nas conclusões obtidas a partir dessas tabelas, que não devem ser tratadas como definitivas. As equivalências das faixas estão disponíveis no Relatório de Risco de Mercado.

Observando que, para fins de análise de risco, a Aditus considera além do patrimônio das carteiras dos investimentos custodiados no Banco Itaú, os saldos dos recursos garantidores de cada plano de benefícios em suas respectivas contas correntes no Banco do Brasil (identificadas no Balancete na conta 1.02.03.04.01.1000).

Ressaltamos ainda, que os quadros apresentados na seção 3.3 tratam de valores líquidos de impostos e a Aditus considera valores brutos em sua análise.

Segue tabela para melhor entendimento:

PLANOS	MS	MT	MULTI	SP	RO	RG	RP	UNIS	Total Consolidado
Valor Líquido/ Custódia	2.365.746,02	3.298.579,71	15.910.161,68	4.774.889,20	7.157.016,08	933.172.202,13	628.427.242,71	985.405.422,41	2.580.511.259,94
Valor Bruto/ Custódia	2.366.448,98	3.299.212,53	15.910.957,15	4.775.828,69	7.158.326,92	933.192.506,10	628.449.952,06	985.427.051,85	2.580.580.284,28
CC Benefícios/ Banco Brasil	109.962,13	471.603,85	310.055,27	629.444,83	709.577,23	9.326.566,26	5.968.582,47	10.520.592,64	28.046.384,68
TOTAL	2.476.411,11	3.770.816,38	16.221.012,42	5.405.273,52	7.867.904,15	942.519.072,36	634.418.534,53	995.947.644,49	2.608.626.668,96

Informamos ainda que, a Aditus não relatou nenhuma desconformidade com as Políticas de Investimento vigentes.

Anexo Relatório de Compliance (RC) e de Análise de Investimentos individual (RAI) por Plano, elaborado pela Aditus.

Lembramos que, a Aditus não elabora análise de riscos da carteira consolidada, uma vez que os relatórios são baseados nas políticas de investimentos, que por sua vez são elaboradas por plano e possuem seus limites aplicáveis individualmente.

Documentos anexos com data base Dezembro/2022:

- Lâminas individuais por Planos e Consolidada;
- Balancete;
- Relatório de Compliance individuais por Plano;
- Política de investimento de cada Plano; e
- Atas do Comitê de Investimento realizadas no 2º semestre de 2022.

3.7. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Diante das análises efetuadas, e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho observou que a Fundação SP-PREVCOM, no 2º semestre de 2022, teve as Políticas de Investimentos de todos os planos por ela geridos aderentes à Resolução CMN nº 4.994/22 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, salvos apontamentos a serem mencionados na recomendação.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados, identificou que 40,11% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Fundo Bela Cintra em NTNBS. O restante é investido em outros fundos do segmento de renda fixa bem como em fundos dos segmentos de multimercado, Renda Variável Doméstica e Ações no Exterior.

Com base nas informações apresentadas no relatório da Aditus, não foram verificados desenquadramentos nos limites de alocação por segmento dos investimentos ou na concentração por emissor. O referido relatório apresentou os indicadores de risco (VaR) por segmento de investimento de cada plano, com os indicadores sempre abaixo dos limites fixados nas respectivas políticas de investimento. De forma semelhante o relatório apresentou a liquidez por plano, indicando que os Planos RG, RG-UNIS e RP, apresentaram liquidez acima de 38% num horizonte de 7 dias úteis, enquanto dos demais apresentaram liquidez de mais de 68% no mesmo horizonte. Contudo, os relatórios não apresentaram indicadores de aderência as metas por segmento de investimento (trekking erros por exemplo)

Este conselho recomenda que a Diretoria de Investimentos solicite a Aditus que inclua nos próximos relatórios indicadores de aderência as metas/bechmarks e que continue a apresentar e aprimorar o relatório sintético do consolidado dos planos com os indicadores de risco, retorno e aderência as metas/bechmarks e comparativo com outros planos similares.

As atas do comitê de investimento indicam que o manual de investimentos da fundação e as Políticas de Investimentos nortearam as discussões e recomendações ali tratadas, em consonância com as atribuições do comitê.

4 Análise dos Planos de Benefícios

O Conselho Fiscal verificou a documentação do 2º semestre de 2022, disponibilizada pela Fundação, para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios, de acordo com o inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. Planos de Benefícios aprovados pela PREVIC

As aprovações dos Planos de Benefícios, administrados pela PREVCOM, estão destacadas a seguir:

Regulamentos aprovados pela PREVIC		
Planos de Benefícios /CNPB	Nº das Portarias e Datas de aprovação	Planos de Benefícios instituídos para
PREVCOM RG/CNPB 2013.0002-19	Portaria nº 18, de 18 de janeiro de 2013	Os empregados públicos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, elencados no artigo 1º, §1º, item “3”, e §2º da Lei Estadual nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011.
PREVCOM RP/CNPB 2013.0001-38	Portaria nº 19, de 18 de janeiro de 2013	Servidores titulares de cargos efetivos ou de cargos vitalícios do Estado de São Paulo, admitidos no serviço público a partir de 21 de janeiro de 2013.
PREVCOM RG-UNIS /CNPB 2013.0020-92	Portaria nº 670, de 03 de dezembro de 2013	Os empregados públicos das Universidades Estaduais Paulistas (Universidade de São Paulo - USP; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP) submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.
PREVCOM RO/CNPB 2018.0013-29	Portaria nº 791, de 14 de agosto de 2018	Os servidores públicos do Estado de Rondônia, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013.
PREVCOM MULTI/CNPB 2018.0018-92	Portaria nº 935, de 1º de outubro de 2018	Os servidores públicos dos Municípios e Estados, cujo Ente Federativo tenha delegado a administração do plano de benefícios de caráter previdenciário complementar à PREVCOM, conforme disposição legal.
SP Previdência/CNPB 2019.0038-56	Portaria nº 1.127, de 30 de dezembro de 2019	Os servidores públicos do Município de São Paulo, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018.
PREVCOM MS/CNPB 2020.0004-74	Portaria nº 478, de 8 de julho de 2020	Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 261, de 21 de dezembro de 2018.
PREVCOM-MT/CNPB 2020.0026-47	Portaria nº 821, de 25 de novembro de 2020	Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 670, de 4 de setembro de 2020.
PREVCOM-PA/CNPB: 2022.0012-65	Portaria nº 519, de 31 de maio de 2022	Os servidores públicos do Estado do Pará, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 111, de 28 de dezembro de 2016.

Convênios de Adesão				
Planos Benefícios	de	Data da Publicação	Portaria PREVIC	Convênio celebrado entre a PREVCOM e:
PREVCOM RG		21/jan/13	Portarias Previc nº 18	Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.
PREVCOM RP		21/jan/13	Portarias Previc nº 19	Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.
PREVCOM RG		22/mar/13	Portarias Previc nº 147	Convênios de Adesão da Assembleia Legislativa
PREVCOM RP		22/mar/13	Portarias Previc nº 148	Convênios de Adesão da Assembleia Legislativa
PREVCOM RG		09/mai/13	Portaria Previc nº 243	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.
PREVCOM RP		02/out/13	Portaria Previc nº 520	Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP.
PREVCOM RG-UNIS		04/dez/13	Portaria Previc nº 670	Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
PREVCOM RP		23/jun/14	Portaria Previc nº 302	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas e Defensoria Pública.
PREVCOM RO		06/nov/18	Portaria Previc nº 1.016	Estado de Rondônia
PREVCOM MULTI		03/out/18	Portaria Previc nº 935	Município de Birigui - SP
PREVCOM MULTI		06/nov/18	Portaria Previc nº 1.017	Município de Santa Fé do Sul - SP
PREVCOM MULTI		29/jan/19	Portaria Previc nº 56	Município de Jales - SP
PREVCOM MULTI		09/abr/19	Portaria Previc nº 272	Município de Ribeirão Preto - SP
PREVCOM MULTI		18/jun/19	Portaria Previc nº 489	Município de Guarulhos - SP
PREVCOM MULTI		26/ago/19	Portaria Previc nº 730	Município de Louveira - SP
PREVCOM MULTI		08/out/19	Portaria Previc nº 855	Município de Osasco - SP
SP Previdência		02/jan/20	Portaria Previc nº 1.127	Município de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo
PREVCOM MS		13/set/20	Portaria Previc nº 478	Estado de Mato Grosso do Sul
PREVCOM-MT		26/nov/20	Portaria Previc nº 821	Estado de Mato Grosso
PREVCOM MULTI		28/set/21	Portaria Previc nº 648	Município de Mairiporã - SP
PREVCOM MULTI		19/nov/21	Portaria Previc nº 766	Município de Santos - SP
PREVCOM MULTI		07/dez/21	Portaria Previc nº 810	Município de Itapevi - SP
PREVCOM MULTI		07/dez/2021	Portaria Previc nº 811	Município de Barretos - SP
PREVCOM MULTI		07/dez/21	Portaria Previc nº 812	Município de Valentim Gentil - SP
PREVCOM-PA		1/ago/22	Portaria nº 686	Estado do Pará

4.2. Desempenho dos Planos de Benefícios

A natureza dos Planos de Benefícios, administrados pela Prevcom é de Contribuição Definida (CD). Com base nas Notas Técnicas atuariais, não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos

benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício, quando adotado o tempo correspondente à expectativa de vida. A tábua biométrica adotada para o benefício recalculado anualmente, com base no fator atuarial é BR-EMSsb-V.2015, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Para atender às disposições regulamentares destes Planos de Benefícios, observadas as disposições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 17/2015, a PREVCOM realizou, em 2017, a cotação de preços e de condições, separadamente, para a nova contratação de benefícios de risco por morte e/ou invalidez voltada para seus participantes. Trata-se da renovação da contratação de cobertura de Benefícios de Risco por invalidez total e permanente e por morte, em forma de Pecúlio, oferecidos em planos de Previdência Complementar, isto é, pagamento em parcela única, na ocorrência do evento gerador. A Seguradora Mongeral Aegon e Previdência foi selecionada no processo seletivo, ocorrido no segundo semestre de 2017. O contrato, vigente, foi assinado em 05 de janeiro de 2018, com prazo de vigência de 60 meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

A vigência de 60 meses finalizou em janeiro/2023. Para a nova contratação de benefícios de risco, a PREVCOM realizou, em 2022, a cotação de preços para seus participantes. A renovação da contratação de cobertura de Benefícios de Risco foi realizada com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.(ocorreu o processo seletivo, no segundo semestre de 2022. O contrato foi assinado em 04 de janeiro de 2023, com prazo de vigência de 60 meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Patrimônio Social - Provisões Matemáticas e Fundos:

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de contabilidade da Fundação foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios.

Uma vez que não há participantes inscritos, vinculados ao PREVCOM PA, em dezembro/2022, não há valores de Reservas Matemáticas e Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, referente a este patrocinador.

Plano PREVCOM RP

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.939.082	1.831.283	2.077.487	2.027.828	2.075.665
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	374.829.214	433.784.128	497.070.601	559.215.103	641.264.396
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	489.099	623.239	820.024	999.051	1.551.516
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	4.167.691	5.674.394	7.194.501	6.789.174	7.349.374
2.03 - Patrimônio Social	381.425.086	441.913.044	507.162.613	569.031.156	652.240.952

Plano PREVCOM RG

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	15.539.839	20.304.896	21.515.272	40.502.530	50.104.758
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	660.299.576	718.929.340	782.873.264	820.448.295	874.743.617
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	9.328.923	10.823.032	12.614.066	14.787.107	17.148.551
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	10.231.198	11.619.880	12.006.916	11.474.301	11.462.104
2.03 - Patrimônio Social	695.399.536	761.677.148	829.009.517	887.212.232	953.459.031

Plano PREVCOM RG-UNIS

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	13.580.430	13.080.840	14.034.471	16.675.113	18.459.345
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	704.525.817	766.831.085	828.215.782	891.684.351	968.608.468
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	6.431.152	7.267.244	8.173.905	9.251.084	10.130.872
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	7.722.121	8.533.069	9.898.217	13.970.364	19.593.867
2.03 - Patrimônio Social	732.259.520	795.712.237	860.322.374	931.580.912	1.016.792.552

Plano PREVCOM RONDÔNIA

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.450.280	2.327.349	3.515.939	5.065.912	7.527.881
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	11.128	11.393	11.562	27.987	31.552
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	362.494	418.343	266.853	267.261	336.191
2.03 - Patrimônio Social	1.823.902	2.757.085	3.794.355	5.361.160	7.895.624

Plano PREVCOM MULTI

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.128.782	9.172.627	11.490.463	13.655.038	16.524.005
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	31	19.614	29.648	31.836	34.317
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	81.564	147.655	162.724	574.425	849.944
2.03 - Patrimônio Social	7.210.377	9.339.896	11.682.835	14.261.299	17.408.266

Plano SP PREVIDÊNCIA

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	168.231	321.017	1.507.270	2.218.374	5.209.729
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-	239	238	250	262
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	576.380	840.734	894.596	724.426	658.622
2.03 - Patrimônio Social	744.611	1.161.991	2.402.103	2.943.049	5.868.613

Plano PREVCOM MS

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	15.708	79.409	350.815	836.350	2.417.741
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-	-	14	15	4.258
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	313.829	609.932	682.413	588.612	566.536
2.03 - Patrimônio Social	329.537	689.341	1.033.242	1.424.976	2.988.535

Plano PREVCOM MT

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	148.773	788.755	1.992.578	3.494.708
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-	-	-	-	57.364
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-	412.407	523.540	459.220	429.131
2.03 - Patrimônio Social	-	561.180	1.312.295	2.451.797	3.981.203

CONSOLIDADO

	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	dezembro-20	junho-21	dezembro-21	junho-22	dezembro-22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31.059.352	35.217.019	37.627.230	59.205.470	70.639.768
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.748.417.608	1.931.593.729	2.125.812.889	2.295.116.001	2.519.790.545
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	16.260.332	18.744.760	21.649.456	25.097.328	28.958.693
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	23.455.277	28.256.413	31.629.759	34.847.782	41.245.769
2.03 - Patrimônio Social	1.819.192.569	2.013.811.921	2.216.719.333	2.414.266.581	2.660.634.776

O Patrimônio de Cobertura do Plano é o conjunto de recursos previdenciários necessários à cobertura dos compromissos atuariais do plano, que são as **Provisões Matemáticas**. Esse patrimônio evidencia o total de recursos capitalizados e acumulados pelo Plano de Benefícios, destinado ao custeio exclusivo dos respectivos benefícios previdenciários.

A natureza dos planos de benefícios (Contribuição Definida) transforma as cotas individuais em nome de cada Participante em cotas de Fundos. A Fundação atestou que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM RP

CNPJ: 48.307.553/0001-18

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	660.099
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	25.286
Investimento (1.02.03)	634.813
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	634.813
2. Obrigações	7.858
Operacional (2.01)	7.858
3. Fundos Não Previdenciais	7.349
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	7.349
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	644.892
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	643.340
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	1.552
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM RG

CNPJ 48.307.554/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	967.587
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	25.462
Investimento (1.02.03)	942.125
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	942.125
2. Obrigações	14.127
Operacional (2.01)	14.127
3. Fundos Não Previdenciais	11.462
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	11.462
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	941.997
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	924.848
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	17.149
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM RG UNIS

CNPJ 48.307.574/0001-33

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	1.030.113
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	34.165
Investimento (1.02.03)	995.948
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	995.948
2. Obrigações	13.320
Operacional (2.01)	13.320
3. Fundos Não Previdenciais	19.594
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	19.594
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	997.199
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	987.068
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	10.131
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM RO

CNPJ 48.307.668/0001-02

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	8.744
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	876
Investimento (1.02.03)	7.868
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	7.868
2. Obrigações	848
Operacional (2.01)	848
3. Fundos Não Previdenciais	336
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	336
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	7.560
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	7.528
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	32
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM MULTI

CNPJ 48.307.674/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	17.779
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	1.558
Investimento (1.02.03)	16.221
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	16.221
2. Obrigações	371
Operacional (2.01)	371
3. Fundos Não Previdenciais	850
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	850
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	16.558
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	16.524
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	34
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM SP PREVID

CNPJ 48.307.723/0001-64

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	6.525
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	1.120
Investimento (1.02.03)	5.405
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	5.405
2. Obrigações	657
Operacional (2.01)	657
3. Fundos Não Previdenciais	659
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	659
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	5.210
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	5.210
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	-
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM MS

CNPJ 48.307.728/0001-97

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	3.428
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	952
Investimento (1.02.03)	2.476
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	2.476
2. Obrigações	440
Operacional (2.01)	440
3. Fundos Não Previdenciais	567
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	567
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.422
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	2.418
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	4
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM

PREVCOM MT

CNPJ 48.307.753/0001-70

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022
1. Ativos	4.721
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	950
Investimento (1.02.03)	3.771
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	3.771
2. Obrigações	740
Operacional (2.01)	740
3. Fundos Não Previdenciais	429
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	429
4. Resultados a Realizar	-
Resultado a Realizar (2.03.01.02.02.00.00)	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.552
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	3.494
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	57
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Equilíbrio Técnico (2.03.01.02)	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação: Nota 1	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+ b)	-

Nota 1: Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM			
CNPJ 15.401.381.0001-98			
Balancos Patrimoniais (Consolidados)			
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
	31/12/2022		31/12/2022
DISPONÍVEL	2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	44.777
		Gestão Previdencial	31.640
REALIZÁVEL	63.165	Gestão Administrativa	6.417
Gestão Previdencial	49.122	Investimentos	6.720
Gestão Administrativa	14.043		
Investimentos	2.648.365	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	6.256
Fundos de Investimentos	2.648.365	Gestão Administrativa	6.256
		PATRIMÔNIO SOCIAL	2.660.636
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	137	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.590.431
Imobilizado	124	Provisões Matemáticas	2.590.431
Intangível	13	Benefícios Concedidos	70.640
		Benefícios a Conceder	2.519.791
		Fundos	70.205
TOTAL DO ATIVO	2.711.669	Fundos Previdenciais	28.959
		Fundos Administrativos	41.246
		TOTAL DO PASSIVO	2.711.669

4.3. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Verificou-se a devida cobertura patrimonial dos planos. Além disso, tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adotam a capitalização por cotas dos planos, não há o que se manifestar acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que estas não são empregadas na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte à definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica BR-EMSsb-V.2015, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.

5 Custos e Orçamento

A Resolução CGPC nº 13/2004³, dispõe sobre a peça orçamentária, considerando as especificidades dos Planos de Benefícios.

O Orçamento, é aprovado pelo Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal⁴, se manifestar com relação aos controles internos, por meio de relatório contendo as conclusões, recomendações, análises e manifestações, ao término de cada semestre do exercício analisado.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária e demais Relatórios Gerenciais relacionados aos indicadores de despesas, que contemplam as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

O Fluxo de Caixa, apresenta a arrecadação mensal, entre outras informações.

Adicionalmente, foram apresentadas pela Fundação as informações para análise despesas dos investimentos, como custódias e corretagens reembolsadas no âmbito da gestão dos investimentos dos

³ RESOLUÇÃO CGPC Nº 13, DE 1º DE OUTUBRO DE 2004

Da divulgação e dos sistemas de informações

Art. 16. Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.

§ 2º Quando as circunstâncias recomendarem, a divulgação de que trata o caput poderá ser estendida ao público, tendo presente a relação custo-benefício envolvida.

⁴ Da manifestação do conselho fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas;

II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Planos de Benefícios, em reais. Para o período analisado, foram observadas despesas como taxa de administração do fundo, imposto de renda, taxa CVM, custos CETIP, Auditoria, entre outros.

5.1. Gestão Previdencial

5.1.1. Total de contribuições e contrapartidas (Adições)

As Adições são representadas pelo total das contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, ativos facultativos, ativos anteriores e autopatrocinados⁵ por meio de percentuais aplicados sobre o salário de participação mensal. Adicionalmente, a portabilidade⁶ de entrada e a contribuição facultativa⁷ compõem o montante movimentado mensalmente.

A arrecadação realizada no 2º semestre de 2022, foi orçada em R\$ 157.417.940,77 e realizada, no montante de R\$ 198.624.239,09

Conforme informação da Fundação, as contribuições facultativas a partir de R\$ 50.000,00 são informadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF em atendimento ao artigo 20 da Instrução PREVIC Nº 34, de 28 de outubro de 2020.

Consolidado do exercício:

3	GESTÃO PREVIDENCIAL	CONSOLIDADO TODOS PLANOS		
		Orçado 2022	Realizado	Var. %
3.01	ADIÇÕES	314.835.881,54	353.749.203,89	12,36%
3.01.01	CORRENTES	312.762.050,96	343.289.661,78	9,76%
3.01.01.01	PATROCINADOR(ES)	132.696.871,44	145.055.416,09	9,31%
3.01.01.03	PARTICIPANTES	126.463.578,69	151.543.724,43	19,83%
3.01.01.04	AUTOPATROCINADOS	1.065.023,11	1.193.683,13	12,08%
3.01.01.07	CONTRIBUIÇÕES DE RISCOS TERCEIRIZADOS	52.536.577,72	45.496.838,13	-13,40%
3.01.02	REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	21.376,19	11.561,21	-45,92%
3.01.02.01	REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	21.376,19	11.561,21	-45,92%
3.01.05	PORTABILIDADE	1.855.726,66	3.217.622,60	73,39%
3.01.05.01	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA	1.727.376,80	2.093.924,74	21,22%
3.01.05.02	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA	128.349,86	1.123.697,86	775,50%
3.01.06	INDENIZAÇÃO DE RISCO TERCEIRIZADO	-	7.007.637,47	0,00%

⁵ Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de serem Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

⁶ Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.

⁷ Contribuições facultativas são realizadas sem a contrapartida do Patrocinador, de caráter esporádico.

3.01.99	OUTRAS ADIÇÕES	196.727,74	222.720,83	13,21%
---------	----------------	------------	------------	--------

A Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, alterou a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020. O Anexo II, da Instrução, dispõe sobre o registro contábil das contribuições de risco repassadas a terceiros.

Na Fundação, as receitas suportadas pelo contrato de cobertura de riscos (com a Seguradora Mongeral) com previsão no regulamento do plano de benefícios, realizadas no 2º semestre de 2022, totalizaram de R\$ 24.575.121,03. No exercício, totalizaram R\$ 45.496.838,13

5.1.2. Total das deduções dos Planos de Benefícios

Os planos de benefícios administrados pela Prevcom são de caráter financeiro – Contribuição Definida, entretanto é importante avaliar o comportamento da massa de participantes e fluxo financeiro.


As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias); institutos (resgates de contribuições e portabilidades); repasses de prêmios de riscos terceirizados no período.

A Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, alterou a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020. O novo dispositivo dispõe sobre o registro dos benefícios, conforme as rubricas a seguir:

3	GESTÃO PREVIDENCIAL	CONSOLIDADO TODOS PLANOS		
		Orçado 2022	Realizado	Var. %
3.02	DEDUÇÕES	(71.360.841,92)	(81.357.420,74)	14,01%
3.02.01	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	(16.998.902,40)	(20.133.706,76)	18,44%
3.02.01.01	APOSENTADORIA PROGRAMADA	(14.907.818,91)	(16.610.091,43)	11,42%
3.02.01.02	INVALIDEZ	(368.845,17)	(80.718,11)	-78,12%
3.02.01.03	PENSÕES	(2.381.068,99)	(3.442.897,22)	44,59%
3.02.02	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO ÚNICA	(13.167.752,77)	(7.360.624,99)	-44,10%
3.02.02.01	PECÚLIO	(13.167.752,77)	-	-100,00%
3.02.02.03	PROVISÕES	-	(7.360.624,99)	0,00%
3.02.03	INSTITUTOS	(10.975.388,43)	(18.475.448,02)	68,34%
3.02.03.01	RESGATE	(8.452.865,26)	(13.717.207,22)	62,28%
3.02.03.02	PORTABILIDADE	(2.522.523,17)	(4.758.240,80)	88,63%
3.02.03.99	DEVOLUÇÃO CONTRIBUIÇÃO A PATROCINADORA	-	-	0,00%
3.02.06	REPASSE DE PRÊMIO DE RISCOS TERCEIRIZADOS	(28.863.230,39)	(33.859.261,18)	17,31%
3.02.06.01	REPASSE DE PRÊMIO DE RISCOS TERCEIRIZADOS	(28.863.230,39)	(33.859.261,18)	17,31%
3.02.99	OUTRAS DEDUÇÕES	(1.355.567,95)	(1.528.379,79)	12,75%

5.1.3. Cotas previdenciais

O quadro a seguir, demonstra os valores das cotas previdenciais de cada um dos planos de benefícios administrados pela Fundação, no segundo semestre de 2022.

 Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo C.N.P.J.: 15.401.381/0001-98 Julho a Dezembro/22						
Cotas Previdenciais						
PLANOS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
FUNDO 100 RG	2,65802391	2,67802775	2,68290153	2,71238947	2,71708305	2,72599115
FUNDO 200 RG UNIS	2,47372044	2,49265902	2,49821219	2,52501634	2,52849352	2,53918140
FUNDO 300 RP	2,57826803	2,59934684	2,60718934	2,63635688	2,64021433	2,65461783
FUNDO 400 RONDÔNIA	1,13667208	1,14832297	1,15415503	1,16941444	1,16717078	1,17627753
FUNDO 550 MULTI	1,12398812	1,13529582	1,14013356	1,15522422	1,14951055	1,15732301
FUNDO 600 SP PREFEITURA	1,08530195	1,09567825	1,10484764	1,11511996	1,11795826	1,12752865
FUNDO 410 MS	1,05932216	1,07066163	1,08119380	1,09102898	1,09577498	1,10635096
FUNDO 420 MT	1,05126539	1,06370843	1,07505072	1,08633085	1,09134305	1,10235886

5.1.4. Atividades previdenciárias

A Prevcom encerrou 2022 com uma população⁸ de 47.298 pessoas, sendo 46.480 participantes e 818 assistidos, o que representa um aumento de 10.379 participantes no semestre (levando-se em conta a nova metodologia aplicada pela Fundação).



Número de
participantes
(dez/2022)

46.480



Número de
assistidos
(dez/2022)

818

⁸ A partir de setembro de 2022 a Prevcom passou a informar aos participantes o número de população (participantes com e sem contribuição e assistidos), com posição no último dia de cada mês.

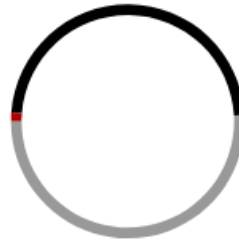
População

Número de participantes (dez/2022)
46.480



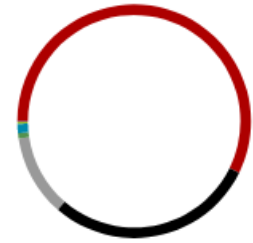
PREVCOM RP: 20.813
PREVCOM RG: 14.196
PREVCOM RG-UNIS: 8.148
PREVCOM RO: 606
PREVCOM MULTI: 1.692
SP Previdência: 214
PREVCOM MS: 501
PREVCOM MT: 310

Número de assistidos (dez/2022)
818



PREVCOM RP: 10
PREVCOM RG: 392
PREVCOM RG-UNIS: 416

Benefícios de risco (nov/2022)
21.299



PREVCOM RP: 12.195
PREVCOM RG: 6.198
PREVCOM RG-UNIS: 2.403
PREVCOM RO: 157
PREVCOM MULTI: 275
SP Previdência: 51
PREVCOM MS: 20

O resultado positivo das adesões deve-se especialmente ao controle da pandemia e retorno dos órgãos ao trabalho presencial, cenário que permitiu o restabelecimento de plantões e palestras. Ao todo, foram realizados 1.741 plantões de julho a dezembro de 2022.

As ações de relacionamento e prospecção mantiveram-se direcionadas a órgãos que têm apresentado cenários favoráveis. Neste contexto, vale ressaltar o ingresso de 665 servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 232 da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e 348 no plano do Mato Grosso do Sul – PREVCOM MS. Todos contaram com posse de servidores por concurso público.

Outro plano que merece destaque pelo desempenho das adesões é o SP Previdência, cuja entrada de 95 servidores anteriores (por conta da alteração do regulamento), impulsionou o número de participantes em quase 100% (eram 104 participantes em junho de 2022).

A Diretoria de Relacionamento Institucional realizou também um trabalho exaustivo de prospecção no estado do Pará, em que foram feitas visitas presenciais a vários órgãos e uma palestra que reuniu aproximadamente 500 pessoas no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV.

Ao todo, no semestre, foram realizados 6.624 atendimentos e 47 palestras (virtuais e presenciais).

Paralelamente, a Prevcom continua fazendo ações online (lives) de educação financeira e previdenciária (foram 7 no período), tanto para participantes como potenciais participantes, e o trabalho junto aos demais entes da Federação para gestão da previdência complementar de seus servidores, em atendimento à Emenda Complementar 103/2019.

5.2. Gestão Administrativa

Os valores das Receitas da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

De acordo com o dispositivo legal, compete ao Conselho Deliberativo – CD aprovar as fontes de custeio administrativo, observados os regulamentos dos planos de benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, as quais deverão estar expressamente previstas no plano de custeio. A Diretoria Executiva - DE, ao elaborar o Plano de Gestão Administrativa – PGA, deverá definir indicadores de gestão, que deverão ser ratificados pelo Conselho Deliberativo - CD, que também fixará critérios qualitativos e quantitativos às despesas administrativas e metas para os indicadores de gestão a fim de possibilitar ao Conselho Fiscal - CF a avaliação objetiva das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal.

A Resolução CNPC nº 48/2021, que dispõe sobre regras relativas às despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, revogou Resolução CGPC nº 29/2009.

5.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

As principais alterações da Nova Resolução CNPC nº 48/2021 são:

O Limite Anual estabelecido as entidades de que trata a Lei Complementar nº 108 de 2001 deixa de ser calculado pelo conjunto de planos e passa a ser por plano de benefício;

As Fontes de Custeio citadas nos incisos VI à VIII (fundo administrativo, dotação e doações) deixam de ser excepcionalizadas quando da apuração do limite legal, devendo, a partir do exercício de 2022, compor a base para verificação dos limitadores estabelecidos na respectiva norma.

Adicionalmente, a metodologia de cálculo da taxa de administração que incide sobre o patrimônio foi alterada, a partir de setembro de 2022. A alteração reflete o abatimento diretamente da rentabilidade da carteira de investimentos dos planos da Prevcom, e não mais sobre a quota do patrimônio individual do participante. A medida visou adequar a cobrança da referida taxa às práticas de mercado e à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 48, de 8 de dezembro de 2021. A área de Comunicação, da Fundação ressaltou, por meio de uma nota no site, de que não haverá prejuízo para o participante. O percentual anual de 1% permanece e os valores recolhidos também.

As receitas administrativas (proveniente de seguradora, ganho na venda de ativo imobilizado, receitas com publicidades, entre outras) que até dezembro de 2021 eram deduzidos dos limites calculados para estabelecer o limite das fontes de custeio administrativo, passam a não ser mais redutores a partir de 2022.

	PERÍODO	dezembro-22			TOTAL DO ANO 2022		
		ORÇADO	REALIZADO	VAR. %	ORÇADO	REALIZADO	VAR. %
4.01	FONTE DE CUSTEIO (Tx.Adm+Tx.Carreg.+Seg.)	3.006.851,42	4.298.530,81	42,96%	33.941.833,43	36.664.785,41	8,02%
	PREVCOM RP	901.012,14	1.122.312,22		10.108.901,89	11.550.922,11	14,26%
	PREVCOM RG	1.092.335,00	1.989.001,88		12.414.557,66	13.110.926,21	5,61%
	PREVCOM RG-UNIS	946.693,52	1.027.617,68		10.684.291,48	10.874.213,67	1,78%
	PREVCOM MS	1.890,76	14.784,55		17.319,23	99.553,80	474,82%
	PREVCOM MULTI	35.695,42	52.302,13		400.313,29	404.635,54	1,08%
	PREVCOM RO	22.529,92	47.819,16		253.762,26	364.587,80	43,67%
	PREVCOM MT	4.306,70	21.233,28		40.786,78	133.119,83	226,38%
	SP PREVIDENCIA	2.387,96	23.459,91		21.900,84	126.826,45	479,09%
4.01.06	DOTAÇÃO INICIAL	33.236,65	25.935,90	-21,97%	398.839,77	565.115,77	41,69%
	PREVCOM MULTI	33.236,65	25.935,90		398.839,77	565.115,77	41,69%
2.01.02.05	ANTECIPAÇÃO DE CONTRIB DE PATROC.	260.311,65	184.986,84	-28,94%	3.123.739,80	3.715.050,24	18,93%
	PREVCOM MS	63.793,97	63.793,97		765.527,64	956.909,55	25,00%
	PREVCOM MULTI						
	PREVCOM RO	57.269,31			687.231,72	831.914,64	21,05%
	PREVCOM MT	63.850,00	48.182,92		766.200,00	816.746,28	6,60%
	SP PREVIDENCIA	75.398,37	73.009,95		904.780,44	1.109.479,77	22,62%

De acordo com a Resolução, em seu artigo 5º, a partir de 2022 a entidade deverá acompanhar os limitadores por plano de benefício:

Art. 5º O limite anual de recursos destinados para o plano de gestão administrativa pelos planos de benefícios de caráter previdenciário patrocinados por entes de que trata a Lei Complementar nº 108, de 2001, deve ser um dos seguintes:

I – até um por cento em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário, no último dia do exercício de referência; ou

II – até nove por cento em relação ao somatório das contribuições e dos benefícios de caráter previdenciário (fluxo previdenciário), no exercício de referência.

Permanece zerada o percentual, para os planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG UNIS da taxa de carregamento sobre as contribuições. Este, foi reduzido de 4% para 3% a partir de julho de 2019 e, posteriormente para 2% a partir de fevereiro de 2020 e 0% a partir de maio de 2020, portanto essa decisão, aprovada pelo Conselho Deliberativo, isentou os participantes do encargo a partir da contribuição de maio de 2020 (descontada em junho).

O percentual de taxa de carregamento dos planos PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, PREVCOM MS e PREVCOM MT é de 4%, sendo que para o plano SP Previdência a taxa é de 5%.

Para todos os planos administrados pela PREVCOM a taxa de administração permanece 1% sobre o patrimônio do fundo.

O contrato com o sistema contábil venceu em 04 de agosto de 2022, não apresentava as rubricas segregadas, no PGA. A Prevcom passou pelo processo de migração para uma nova plataforma sistêmica. As modificações e melhorias na forma de registro foram avaliadas entre os meses de agosto e dezembro de 2022. Algumas modificações foram aplicadas dentro do exercício de 2022. As demais, foram implantadas, no início de 2023, considerando um novo período de registros, pós encerramento das contas de resultados.

5.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Administração dos Planos Previdenciais são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, atuário, dentre outros.

Foram apresentadas ao CF as informações sobre a execução orçamentária e sobre os números consolidados do semestre, indicando, em resumo, que a Tendência está em linha com o orçamento previsto para o período, com despesas gerais (em razão basicamente da contratação do serviço de aplicativo) e com outras despesas (em razão da contratação do seguro de dirigentes) mas compensados por economias maiores em outros grupos e rubricas, conforme quadro a seguir:

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Rubrica	Período:	Dezembro/2022			Total do Ano 2022		
		ORÇADO	REALIZADO	VAR. %	ORÇADO	REALIZADO	VAR. %
4	TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.052.213,94	2.662.389,52	-12,77%	39.208.655,44	31.113.684,24	-20,65%
4.02	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.885.073,94	2.489.056,57	-13,73%	37.257.630,85	29.218.718,41	-21,58%
4.02.01	ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	2.885.073,94	2.489.056,57	-13,73%	37.257.630,85	29.218.718,41	-21,58%
4.02.01.01	PESSOAL E ENCARGOS	1.460.590,00	1.279.189,35	-12,42%	17.527.080,00	15.545.685,98	-11,30%
4.02.01.01.01	CONSELHEIROS	159.940,00	136.128,68	-14,89%	1.919.280,00	1.587.110,78	-17,31%
4.02.01.01.01.01	CONSELHO DELIBERATIVO	30.470,00	31.414,32	3,10%	365.640,00	360.617,88	-1,37%
4.02.01.01.01.02	CONSELHO FISCAL E COMITÊ GESTOR	129.470,00	104.714,36	-19,12%	1.553.640,00	1.226.492,90	-21,06%
4.02.01.01.02	DIRIGENTES	193.780,00	182.639,66	-5,75%	2.325.360,00	2.196.853,53	-5,53%
4.02.01.01.03	PESSOAL PRÓPRIO	1.096.460,00	949.687,79	-13,39%	13.157.520,00	11.634.932,89	-11,57%
4.02.01.01.07	COMITÊ DE AUDITORIA - COAUD	10.410,00	10.733,22	3,10%	124.920,00	126.788,78	1,50%
4.02.01.02	TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	8.000,00	13.685,83	71,07%	176.000,00	202.109,27	14,83%
4.02.01.03	VIAGENS E ESTADIAS	9.000,00	9.900,00	10,00%	108.000,00	27.094,89	-74,91%
4.02.01.04	SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.172.481,08	867.576,07	-26,01%	15.812.190,10	9.258.598,13	-41,45%
4.02.01.04.01	SERVIÇOS ATUARIAIS	114.520,00	232.182,52	102,74%	1.368.950,00	1.387.618,09	1,36%
4.02.01.04.03	SERVIÇOS JURÍDICOS	70.250,00	31.051,44	-55,80%	845.310,00	513.251,04	-39,28%
4.02.01.04.04	RECURSOS HUMANOS	-	-	0,00%	-	9.185,50	0,00%
4.02.01.04.05	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	528.580,25	274.357,24	-48,10%	7.173.546,95	3.587.826,86	-49,99%
4.02.01.04.06	GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	358.457,75	211.530,87	-40,99%	4.925.647,10	1.444.621,50	-70,67%
4.02.01.04.07	AUDITORIA CONTÁBIL	-	- 119.110,99	0,00%	300.000,00	105.889,01	0,00%
4.02.01.04.09	SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS	50.477,50	172.027,74	240,80%	605.730,00	1.632.272,98	169,47%
4.02.01.04.99	OUTRAS	50.195,58	65.537,25	30,56%	593.006,05	577.933,15	-2,54%
4.02.01.05	DESPESAS GERAIS	220.302,86	312.815,09	41,99%	3.453.960,75	3.925.577,72	13,65%
4.02.01.05.01	COMUNICAÇÕES	55.524,58	135.616,71	144,25%	748.652,94	1.218.154,30	62,71%
4.02.01.05.02	MATERIAIS, CONSUMOS E LICENÇAS	5.500,00	14.517,64	163,96%	66.000,00	57.474,45	-12,92%
4.02.01.05.03	ENCARGOS DIVERSOS	11.445,00	21.485,89	87,73%	320.565,00	267.511,37	-16,55%
4.02.01.05.04	ALUGUÉIS DIVERSOS E DEMAIS DESPESAS DE CONDOM.	140.173,94	133.425,38	-4,81%	2.226.840,81	2.224.355,96	-0,11%
4.02.01.05.05	ENTIDADE DE CLASSE	7.659,33	7.769,47	1,44%	91.902,00	158.081,64	72,01%
4.02.01.06	DEPRECIÇÃO	-	5.890,23	0,00%	-	111.011,36	0,00%
4.02.01.98	OUTRAS DESPESAS	14.700,00	-	-100,00%	180.400,00	148.641,06	-17,60%
4.03	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE PROVISÕES CONTINGENCIAIS	167.140,00	173.332,95	3,71%	1.951.024,59	1.894.965,83	-2,87%
1.03	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (CUSTO DE AQUISIÇÃO)				25.000,00	3.720,00	-85,12%

O caput e parágrafo único do art. 3º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, dispõe que as despesas administrativas são geridas de forma compartilhada, para os planos de benefícios do Governo de São Paulo sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio proporcional às respectivas receitas originárias das taxas de carregamento e de administração. Os gastos com os novos entes serão ressarcidos à Fundação, por meio do fomento e dos aportes extraordinários, descritos no item 4, devido a alteração da Lei e a permissão para administrar entes. As despesas diretas serão cobradas sem a aplicabilidade da proporção.

Contrato de Serviços Atuariais:

O contrato administrativo, celebrado entre a Conde Consultoria Atuarial Ltda. e a PREVCOM, para prestação de serviços atuariais, tem como objeto serviços especializados de assessoria atuarial para a realização de estudos atuariais, pareceres técnicos e avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados pela Fundação. Para o exercício de 2022, o contrato com a Consultoria está no 5º Aditivo – assinado em 11 de fevereiro de 2022 e com vigência até 15/02/2023. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.670.734,56 (um milhão, seiscentos e setenta mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

Os serviços e produtos apresentados nas cláusulas contratuais, são os seguintes:

- Serviços de prestação mensal e Avaliação Atuarial, de prestação anual
- Assessoria e Consultoria abrangendo Desenvolvimento de Planos de Benefícios, Implantação de Plano de Benefícios, Comunicação e Divulgação de Plano de Benefícios
- Assessoria e Consultoria Técnico-Atuarial
- Assessoria e Consultoria voltada aos procedimentos relativos à Carteira de Empréstimos a Participantes e Assistidos
- Auditoria dos Benefícios Concedidos
- Base de Dados
- Apoio Técnico Operacional

Apresentação do Relatório mensal, contendo as Reservas Matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos para efeitos de contabilização.

Apresentação do Relatório mensal contendo os resultados dos benefícios auditados

Apresentação do Relatório anual contendo os resultados da Avaliação Atuarial.

Tabela com aplicação do Quinto Aditivo

Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Reuniões	12	1.995,57	23.946,84
Reservas Mensais	15	4.168,69	62.530,35
Relatórios Técnicos/Estatísticos	12	4.985,89	59.830,68
Regulamentos	2	11.187,84	22.375,68
Pareceres técnicos	12	1.702,50	20.430,00
Pareceres Atuariais	2	9.270,10	18.540,20
Notas Técnicas Atuariais	2	2.550,10	5.100,20
Demonstrações Atuariais	1	9.268,88	9.268,88
Consistências Cadastrais	15	3.405,00	51.075,00
Avaliações Atuariais	1	13.863,20	13.863,20
Auditorias	15	2.208,38	33.125,70
Análises/Estudos Técnicos	7	2.675,35	18.727,45
	96		338.814,18
Qtdd de Planos:			
Patrocinador Único	5		1.694.070,90

Para o exercício de 2022, a cobrança foi estimada por plano com patrocinador único, 5 no total, e foi cobrada, tão somente se a prestação de serviços foi desenvolvida com a respectiva atividade.

As cobranças realizadas pelos serviços prestados, especificamente em dezembro/2022, foram as seguintes:

Descrição	Valor em R\$
Ref. Provisão Consultoria - Conde - DEZ/22 - RG/RP/UNIS	R\$ 54.229,44
Ref. Provisão Consultoria - Conde - DEZ/22 - RONDÔNIA	R\$ 18.839,36
Ref. Provisão Consultoria - Conde - DEZ/22 - MS	R\$ 18.839,36
Ref. Provisão Consultoria - Conde - DEZ/22 - SP-PREVIDÊNCIA	R\$ 18.839,36
Ref. Provisão Consultoria - Conde - DEZ/22 - MT	R\$ 18.839,36
Ref. Provisão Consultoria - Conde - DEZ/22 - PA	R\$ 11.265,67
Ref. Provisão Consultoria - Conde - SET/22 - MULTI	R\$ 14.479,14
Total	R\$155.331,69

Contratos de Custódia:

Contrato de prestação de serviços qualificados para fundos de investimento, firmado com Itaú Unibanco S.A. O Itaú Unibanco prestará para os FUNDOS os serviços de custódia dos valores mobiliários, ativos financeiros e outros instrumentos pertencentes às carteiras dos FUNDOS (em conjunto "ATIVOS"), bem como o serviço de controladoria, escrituração das cotas. A remuneração se dará da seguinte forma:

ANEXO V – REMUNERAÇÃO

FUNDO DE INVESTIMENTO EXCLUSIVO

SERVIÇOS DE CUSTÓDIA

Os serviços de custódia terão seus custos calculados à taxa de 0,015% ao ano sobre o patrimônio líquido dos fundos, considerando um custo mínimo mensal de R\$ 1.250,00 por fundo, a ser debitado do fundo.

SERVIÇOS DE CONTROLADORIA

Os serviços de controladoria e escrituração terão seus custos calculados à taxa de 0,015% ao ano sobre o patrimônio líquido dos fundos, considerando um custo mínimo mensal de R\$ 1.250,00 por fundo a ser debitado da taxa de administração do fundo.

DESPESAS DE LIQUIDAÇÃO

As contas de custódia nos diversos sistemas de liquidação, tais como CETIP, SELIC e CBLIC, terão seus custos repassados aos fundos.

A partir do mês de setembro/2022, a contabilidade alterou a forma de escrituração contábil, sugerida pela consultoria PRP SOLUÇÕES, de acordo com orientação abaixo:

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: A taxa de administração é um percentual sobre o Patrimônio definido pela Gestão e aprovado em orçamento. Essa fonte de custeio é abatida da rentabilidade da carteira de investimento de cada plano, sendo a proporcionalidade igual a todos participantes pois o valor é abatido no cálculo da cota. A apuração do valor da taxa administrativa é realizada em controles auxiliares, de acordo com os valores do Patrimônio de cada Plano PREVCOM demonstramos a seguir a escrituração:

ESCRITURAÇÃO APROPRIAÇÃO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
30/M1/20X1	PLANO PREVCOM - APROPRIAÇÃO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A PAGAR	R\$
	DEBITO	50401	COBERTURA DESPESAS ADMINISTRATIVAS
			15.000,00
	CREDITO	201031001	TAXA DE ADM INVEST. A REPASSAR
			(15.000,00)
	HISTÓRICO	Vlr.ref. apropriação contrib.adm plano xx	
	PLANO PGA - APROPRIAÇÃO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A RECEBER	R\$
	DEBITO	1020206	CUSTEIO ADMINISTRATIVO INVESTIMENTOS
			15.000,00
	CREDITO	401020101	CONTR.NORMAL PATROCINADOR
			(15.000,00)
	HISTÓRICO	Vlr.ref. apropriação contrib.adm plano xx	

D- 4.02.01.04.09.0386 Despesas com Custodiante
C- Banco C/C

A nova rubrica utilizada é a 504010000000000000-Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas, em substituição à conta contábil referente às despesas administrativas: 4020104090386-Despesas com Custodiante.

Os registros contábeis, apresentados a seguir, correspondem ao mês de dezembro/2022:

Plano de Benefícios	Valor em R\$
PREVCOM RP	R\$593.232,80
PREVCOM RG	R\$1.700.184,26
PREVCOM RG-UNIS	R\$887.409,31
PREVCOM RO PREVCOM	R\$11.370,03
PREVCOM MULTI	R\$15.361,24
SP PrevidênciaPREVCOM	R\$10.031,40
PREVCOM MS PREVCOM	R\$4.503,68
PREVCOM MT PREVCOM	R\$5.030,21
Total	R\$ 3.227.122,93

Serviços contratados para a Área de Comunicação:

Prestação de serviço de licenciamento na modalidade de Software as a Service (SaaS) de soluções mobile iOS e Android. A contratação tem como objetivo disponibilizar aos participantes, por meio de aplicativo móvel, um novo canal de acesso aos serviços oferecidos pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação. A gestão das atividades e do atendimento às demandas da SP-PREVCOM, assim como o suporte tecnológico e de design, conteúdo e métricas do projeto, devem ser realizados pela empresa contratada.

As cobranças são realizadas para cada Plano de Benefícios, que optar pelo serviço. Em dezembro de 2022, foram emitidas as seguintes notas fiscais, para o serviço de aplicativo móvel :

- Contrato nº 016/2020–Plano RO – Prestação serviços mês Dezembro valor reajustado R\$8.030,06
Diferença reajuste mês Agosto/22 R\$ 432,30
Diferença reajuste mês Set. a Nov/22 R\$2.047,74
Valor Total NF/fatura R\$10.510,10
- Contrato nº 09/2018 – Governo de SP – Mês: dezembro de 2022 - Manutenção e licenciamento do aplicativo móvel da Prevcom: R\$ 5.908,48
- Contrato nº 09/2018 – Governo de SP – Mês: dezembro de 2022 - Relatório mensal do aplicativo Prevcom: R\$ 2.383,25
- Contrato 25/2020 – Plano Multi – Mês: dezembro de 2022 - Manutenção e licenciamento do aplicativo para fundos de pensão no formato Softwares a Service (SaaS): R\$ 5.198,68 e Relatório mensal Prevcom: R\$ 2.096,94

ANEXO I

Funcionalidades desejadas do aplicativo	Funcionalidades no Portal
Sistemas Operacionais	
Desenvolvimento para Android	
Desenvolvimento para iOS	
Background	
Criação das Lojas	
Perfis de acessos diferentes	Sim, com acesso via Webservices
Exibir home de acordo com o perfil/tipo do participante	Sim, com acesso via Webservices
Google analytics	
Autenticação por meio de usuário e senha pré-existente	Sim, com acesso via Webservices
Envio de notificações	
Saldo de Contas (Ativos)	
Contribuições do participante e patrocinador	Sim, com acesso via Webservices
Rentabilidade (valor e percentual)	Sim, com acesso via Webservices
Taxas	Sim, com acesso via Webservices
Saldo de portabilidade	Sim, com acesso via Webservices
Contribuições facultativas	Sim, com acesso via Webservices
Saldo de contas com filtros (mês/ano/plano)	Sim, com acesso via Webservices
Extrato atualizado de saldo	Sim, com acesso via Webservices
Dados Cadastrais	
Exibição dos dados do participante	Sim, com acesso via Webservices
Alteração cadastral	Sim, com acesso via Webservices
Itens Gerais	
Comunicados/Notícias	Sim, com acesso via Webservices
Beneficiários (inserir, visualizar e alterar)	Sim, com acesso via Webservices
Alteração de percentual de contribuição	Sim, com acesso via Webservices
Solicitação de Institutos (resgate, autopatrocínio, portabilidade e BPD)	Sim, com acesso via Webservices
Consulta a Benefícios de Risco (valor contratado, contribuições e cancelamentos)	Sim, com acesso via Webservices
Visualização de dados e histórico do Plano (nome do plano, número de inscrição, opção de tributação, percentual de contribuição e transações realizadas)	Sim, com acesso via Webservices
Geração de boletos e histórico de contribuições facultativas (enviar por e-mail)	Sim, com acesso via Webservices

Critério de rateio das despesas administrativas:

Para o exercício de 2022, o critério de rateio das despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi o seguinte:

Planos de Benefícios	nº part.	Arrecadação	Patrimônio	Rateio
1- PLANO PREVCOM RP	40,61%	36,72%	22,30%	32,99%
2 - PLANO PREVCOM RG	28,02%	35,01%	37,50%	33,74%
3- PLANO PREVCOM RG-UNIS	18,26%	24,57%	39,57%	27,50%
4- PLANO PREVCOM MS	2,52%	0,32%	0,00%	0,94%
5- PLANO PREVCOM MULTI	3,04%	1,50%	0,48%	1,66%
6- PLANO PREVCOM RO	2,52%	1,15%	0,13%	1,26%
7- PLANO PREVCOM MT	2,52%	0,39%	0,01%	0,97%
8- PLANO SP PREVIDENCIA	2,52%	0,34%	0,02%	0,95%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Despesas administrativas dos investimentos:

Para o período analisado, foram observadas seguintes despesas como taxa de administração do fundo:

Descrição do Lançamento	BELA CINTRA	PLANO MS	PLANO MT	PLANO MULT	PLANO SPPREV	PLANO RG	PLANO RO	PLANO RP	PLANO RG UNIS	Total Geral
Auditoria	R\$ 6.440,00									R\$ 6.440,00
Cartório	R\$ 12,25									R\$ 12,25
Confecção de Livro - Manu	R\$ 652,64									R\$ 652,64
Pagamento de CBLC						R\$ 859,71		R\$ 599,85	R\$ 888,02	R\$ 2.347,58
Taxa ANBID	R\$ 3.270,00									R\$ 3.270,00
Taxa CETIP	R\$ 109.563,25	R\$ 2,43	R\$ 2,83	R\$ 93,13	R\$ 2,99	R\$ 5.534,06	R\$ 31,17	R\$ 17.347,39	R\$ 5.592,56	R\$ 138.169,81
Taxa de Administração	R\$ 357.735,83									R\$ 357.735,83
Taxa de Custódia	R\$ 79.692,07	R\$ 27.069,90	R\$ 27.069,90	R\$ 27.069,90	R\$ 27.069,90	R\$ 179.065,48	R\$ 27.069,90	R\$ 115.556,72	R\$ 187.782,16	R\$ 697.445,93
Taxa SELIC	R\$ 17.569,59									R\$ 17.569,59
Total Geral	R\$ 574.935,63	R\$ 27.072,33	R\$ 27.072,73	R\$ 27.163,03	R\$ 27.072,89	R\$ 185.459,25	R\$ 27.101,07	R\$ 133.503,96	R\$ 194.262,74	R\$ 1.223.643,63

5.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

De acordo com o Art. 11, da Resolução CNPC nº 48/2021, o conselho fiscal da fundação deve acompanhar e controlar a execução orçamentária, com observância ao limite de que trata o art. 5º, dos critérios quantitativos e qualitativos e dos indicadores de gestão das despesas administrativas e de suas respectivas metas.

Parágrafo único. O conselho fiscal deve se manifestar sobre o disposto no caput por ocasião da elaboração do relatório de controle interno. Para acompanhar a execução do orçamento anual, a diretoria executiva estabeleceu alguns indicadores que serão usados para avaliar a evolução das despesas administrativas, com as respectivas metas, aprovadas pelo CD e que servirão de parâmetro para análise dos indicadores.

Resultados – 2022

Os indicadores de Gestão são medidas, que ajudam a Fundação a avaliar seu desempenho com relação aos objetivos e estratégias. Esses indicadores devem ser monitorados para permitir avaliar desvios e definir planos de correção.

Análise individualizada dos indicadores de Gestão

1-LIMITADOR SOBRE RECURSO GARANTIDOR 1%	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	LIMITE
TOTAL ENTIDADE	1,29%	1,39%	1%
PREVCOM RP	1,57%	1,82%	1%
PREVCOM RG	1,28%	1,40%	1%
PREVCOM RG - UNIS	1,07%	1,09%	1%
PREVCOM RO	3,58%	4,64%	1%
PREVCOM MULTI	4,54%	2,50%	1%
SP PREVIDENCIA	0,95%	2,35%	1%
PREVCOM MS	1,06%	4,04%	1%
PREVCOM MT	1,47%	3,54%	1%

COMENTÁRIOS SOBRE LIMITADOR SOBRE RECURSO GARANTIDOR 1%

Fonte de custeio orçado (Taxa de Carregamento + Taxa de Adm.)

Fonte de custeio Realizado.

Indicador mede o limite anual das fontes de custeio administrativo em relação ao Recurso Garantidor



ANEXO

Recurso Garantidor = (1.1.0.0.00.00.00 - Disponível + 1.2.3.0.00.00.00 - Realizável de Investimentos) - (2.1.3.0.00.00.00 - Exigível Operacional de Investimentos + 2.2.3.0.00.00.00 - Exigível Contingencial de Investimentos);

2-LIMITADOR SOBRE FLUXO PREVIDENCIÁRIO 9%	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	LIMITE
TOTAL ENTIDADE	10,01%	9,89%	9%
PREVCOM RP	8,43%	8,75%	9%
PREVCOM RG	10,27%	11,40%	9%
PREVCOM RG - UNIS	11,94%	10,31%	9%
PREVCOM RO	24,55%	8,50%	9%
PREVCOM MULTI	15,25%	8,11%	9%
SP PREVIDENCIA	0,65%	3,52%	9%
PREVCOM MS	1,01%	4,45%	9%
PREVCOM MT	3,09%	4,36%	9%

COMENTÁRIOS SOBRE LIMITADOR SOBRE FLUXO PREVIDENCIÁRIO 9%

Fonte de custeio orçado (Taxa de Carregamento + Taxa de Adm.)

Fonte de custeio Realizado

Indicador mede o limite anual das fontes de custeio administrativo em relação ao Fluxo Previdencial

Após aprovação do orçamento de 2022, especificamente no dia 08/12/2021 a PREVIC através da Resolução nº 48 solicitou que os indicadores referentes aos limites fossem realizados por Plano. Realizamos no 2º semestre de 2022 a adequação.

Os 6 planos com indicadores em azul apresentam-se enquadrados, ou pelo limite do recurso Garantidor ou pelo limite Fluxo Previdenciário. Os outros 3 planos que apresentam desenquadramento serão relatados no 3º estudo de enquadramento, sendo eles PREVCOM RG, PREVCOM RG -UNIS e PREVCOM MULTI.

No orçamento aprovado para 2023 o PREVCOM RG-UNIS já apresentou enquadramento.

3-DESP.ADM S/RECURSOS GARANTIFORES	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESAS ADM.S/RECURSOS GARANTIDORES	R\$ 39.233.655,44	R\$ 31.117.404,24	-20,69%
RECURSOS GARANTIDORES	R\$ 2.672.063.745,81	R\$ 2.641.644.300,61	-1,14%
DESPESA ADM. RECURSO GARANTIDOR	1,47%	1,18%	-26,65%

COMENTÁRIOS DAS DESPESAS ADM SOBRE RECURSO GARANTIDOR

Total despesas administrativas projetadas.

Total despesas administrativas realizadas

Indicador mede o percentual das despesas administrativas anual em relação ao total dos Recursos Garantidores final de 2022

4-DESP.ADM S/FLUXO PREVIDENCIAL	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESA ANUAL	R\$ 39.233.655,44	R\$ 31.117.404,24	-20,69%
FLUXO PREVIDENCIAL	R\$ 342.928.706,12	R\$ 370.795.554,74	8,13%
DESPESA ADM SOBRE FLUXO PREVIDENCIAL	11,44%	8,39%	-23,05%

COMENTÁRIOS DESPESA ADMINISTRATIVA SOBRE FLUXO PREVIDENCIAL

Total despesas administrativas projetadas

Total despesas administrativas realizadas.

Indicador mede o percentual das despesas administrativas em relação ao Fluxo previdencial anual

5-DESP.ADM PERCAPITA	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESAS ANUAL	R\$ 39.233.655,44	R\$ 31.117.404,24	-20,69%
Nº DE PARTICIPANTES	46.008	47.420	3,07%
CUSTO ADM POR PARTICIPANTE	R\$ 852,76	R\$ 656,21	-19,77%

COMENTÁRIOS DESPESA ADMINISTRATIVA PERCAPITA

Total despesas administrativas projetadas

Nº de participantes realizado

Indicador despesa percapita, valor refere-se a despesa anual por participante

6-DESP.ADM SOBRE ATIVOS	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESAS ANUAL	R\$ 39.233.655,44	R\$ 31.117.404,24	-20,69%
ATIVOS	R\$ 2.672.063.745,81	R\$ 2.711.668.498,56	1,48%
DESPESA ADM SOBRE ATIVOS	1,47%	1,15%	-26,84%

COMENTÁRIOS DESPESA ADMINISTRATIVA SOBRE ATIVOS

Total despesas administrativas realizadas

Total de Ativos

Nota: uma vez que este item não é comparável, no mercado previdenciário, deixará de ser apresentado, em 2023

7-DESP.ADM SOBRE RECEITA ADM	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESAS ANUAL	R\$ 39.233.655,44	R\$ 31.117.404,24	-20,69%
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 34.340.673,20	R\$ 37.229.901,18	8,41%
DESPESAS ADM. S/RECEITA ADM	114,25%	83,58%	-26,84%

COMENTÁRIOS DESPESA ADMINISTRATIVA SOBRE RECEITA ADMINISTRATIVA

Total despesas administrativas realizadas

Total receitas administrativas realizadas

Indicador refere-se ao percentual das despesas adm. em relação as receitas administrativas

8-DESPESA DE PESSOAL S/DESP.TOTAL	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESA PESSOAL	R\$ 17.527.080,00	R\$ 15.545.685,98	-11,30%
DESPESAS ANUAL	R\$ 39.233.655,44	R\$ 31.117.404,24	-20,69%
DESPESAS DE PESSOAL S/DESP.TOTAL	44,67%	49,96%	11,83%

COMENTÁRIOS DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOBRE DESPESA TOTAL

Despesas de Pessoal e encargos do exercício

Total despesas administrativas realizadas

Indicador refere-se ao percentual das despesas adm. de pessoal e encargos em relação à Despesa Total da Entidade. Nota: uma vez que este item não é comparável, no mercado previdenciário, deixará de ser apresentado, em 2023

9-DESPESA DE PESSOAL S/REC.GARANTIDOR	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
DESPESA PESSOAL	R\$ 17.527.080,00	R\$ 15.545.685,98	-11,30%
RECURSO GARANTIDOR	R\$ 2.672.063.745,81	R\$ 2.641.644.300,61	-1,14%
DESPESAS DE PESSOAL S/RECURSOS GARANTID.	0,66%	0,59%	-10,28%

COMENTÁRIOS DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOBRE O ATIVO TOTAL DA ENTIDADE (REC. GARANTIDOR)

Despesas de Pessoal e encargos do exercício

Recurso Garantidor (Patrimônio da Entidade)

Indicador refere-se ao percentual das despesas adm. de pessoal e encargos em relação ao Patrimônio Total da Entidade

10-EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	ORÇADO 2022	REALIZADO 2022	Var.%
Fundo Adm início do Período	R\$ 23.455.276,74	R\$ 31.629.758,51	34,85%
Fundo Adm Final do Período	R\$ 31.629.758,51	R\$ 41.245.769,40	30,40%
EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	34,85%	30,40%	-12,77%

COMENTÁRIOS SOBRE A EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Fundo administrativo inicial do exercício

Fundo administrativo final do exercício

Indicador referente ao crescimento anual do Fundo Administrativo

INDICADORES	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FINALIDADE	COMENTÁRIOS
1-LIMITADOR SOBRE RECURSO GARANTIDOR 1%	Custeio Previdencial + custeio de investimentos / Recursos Garantidores	$4.01 / 1.01 + 1.02.03 - 2.01.03 \times 100$	Demonstra o custeio administrativo do plano de benefício em relação aos seus recursos garantidores.	Esse indicador representa o limite anual de 1% estabelecidos pela resolução CGPC nº 48/2021.
2-LIMITADOR SOBRE FLUXO PREVIDENCIÁRIO 9%	Custeio Previdencial + custeio de investimentos / Fluxo Previdencial	$4.01 / 3.01.01.01 + 3.01.01.02 + 3.01.01.03 + 3.01.01.04 + 3.01.01.07 + 3.02.01 + 3.02.02 \times 100$	Demonstra o custeio administrativo do plano de benefício em relação aos seus fluxos previdenciais.	Esse indicador representa o limite anual de 9% estabelecidos pela resolução CGPC nº 48/2021.
3-DESP.ADM S/RECURSOS GARANTIFORES	Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	$4.02.00 / 1.01 + 1.02.03 - 2.01.03 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação aos Recursos Garantidores Administrados pela entidade.	O indicador calculado demonstra o % anual dos Recursos Garantidores está sendo utilizado para as despesas administrativas
4-DESP.ADM S/FLUXO PREVIDENCIAL	DESP.ADM S/FLUXO PREVIDENCIAL	$4.02 / 3.01.01.01 + 3.01.01.02 + 3.01.01.03 + 3.01.01.04 + 3.01.01.07 + 3.02.01 + 3.02.02 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação ao Fluxo Previdencial	-
5-DESP.ADM PERCAPITA	Despesa Administrativa / Nº DE PARTICIPANTES	$4.02.00 / \text{Nº Partic.}$	Demonstra o custo administrativo por participante da entidade	O indicador demonstra o Custo Per Capita anual de despesa administrativa da entidade.
6-DESP.ADM SOBRE ATIVOS (total)	Despesas Administrativas / Ativo Total	$4.02.00 / 1.00.00 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação ao total de Ativos Administrados pela entidade.	O indicador calculado demonstra o % anual dos Ativos está sendo utilizado para as despesas administrativas
7-DESP.ADM SOBRE RECEITA ADM	Despesas Administrativas/Receita Administrativa	$4.02.00 / 4.01.00 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação às Receitas Administrativas.	O indicador calculado demonstra o % das despesas administrativas em relação ao total das receitas administrativas, demonstrando o fluxo administrativo.
8-DESPESA DE PESSOAL S/DESP.TOTAL	Despesas de Pessoal e Encargos / Despesas Administrativas	$4.02.01.01 / 4.02.00 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas de pessoal e encargos em relação as despesas totais da entidade.	O indicador calculado demonstra o % das despesas administrativas de Pessoal e Encargos em relação ao total das despesas administrativas.
9-DESPESA DE PESSOAL S/REC.GARANTIDOR	DESPESA DE PESSOAL S/REC.GARANTIDOR	$4.02.01.01 / 1.01 + 1.02.03 - 2.01.03 \times 100 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas de pessoal e encargos em relação aos Recursos Garantidores	O indicador demonstra a eficiência na administração do Patrimônio em relação ao Pessoal contratado.
10-EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Fundo Administrativo Final do período / Fundo Administrativo Inicial do período	$2.03.02.02 \text{ final} / 2.03.02.02 \text{ inicial} \times 100$	Demonstra a evolução do Fundo Administrativo em um determinado período podendo ser mensal ou anual.	O indicador representa a evolução do Fundo Administrativo

5.4. Investimentos em Imobilizado e Intangível

No 2º semestre de 2022 o Conselho prosseguiu a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação.

Não foram orçados ou realizados valores correspondentes à rubrica, em análise.

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO							
Rubrica	Período:	2º semestre/2022			Acumulado no Ano 2022		
		ORÇADO	REALIZADO	VAR. %	ORÇADO	REALIZADO	VAR. %
1.03	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL				25.000,00	3.720,00	-85,12%

5.5. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

O Conselho Fiscal julga satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução orçamentária.

Verificamos que, nos termos do art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, permanece instituída a Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria PREVCOM Nº 08, de 18 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de maio de 2022.

Baseado nas demonstrações contábeis, financeiras e demais documentos disponibilizados pela PREVCOM, esse Conselho verificou que os valores realizados no primeiro semestre, em investimento em ativo permanente, no item computadores e periféricos, permaneceram inferiores aos valores orçados para o período, sendo que o realizado foi muito aquém dos valores imputados a conta de depreciação. Por deliberação da Diretoria Executiva, os equipamentos utilizados pelos empregados são locados, mediante um contrato firmado com a Vivo.

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, para aquisições que atendam às atividades meio e buscar se adequar as disposições da LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a nova lei de licitações.

No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicação de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 5º da Resolução CNPC nº 48/2021, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas. Ainda que a Diretoria entenda que a fundação tem natureza privada, há conflito nessa interpretação com a adotada pelo TCE-SP, que analisa as contas da fundação como sendo de natureza pública.

Sendo competência do TCE-SP *“a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, exceto o da Capital, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou*

mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas”, no caso de entendimento diverso do adotado pelo TCE-SP devem ser adotados procedimentos para alinhar o entendimento entre a fundação e o Tribunal de Contas evitando, assim, qualquer fragilidade nas aprovações das contas da fundação e responsabilizações por adoção de critérios diversos de auditoria/fiscalização.

O Conselho Fiscal recomendamos que a Fundação apresente, na medida do possível, comparativos dos indicadores de gestão com outras entidades ou segmento relevante.

Por fim, este conselho recomenda que a Fundação continue buscando o enquadramento dos planos nos limitadores sobre os recursos garantidores e sobre o fluxo previdencial, mas sem comprometer a constituição de um PGA adequado ao porte e complexidade da Fundação.

6 Gestão de Risco e Controles Internos

A Resolução CGPC nº 13/2004, em seu artigo 12, dispõe que “todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados”.

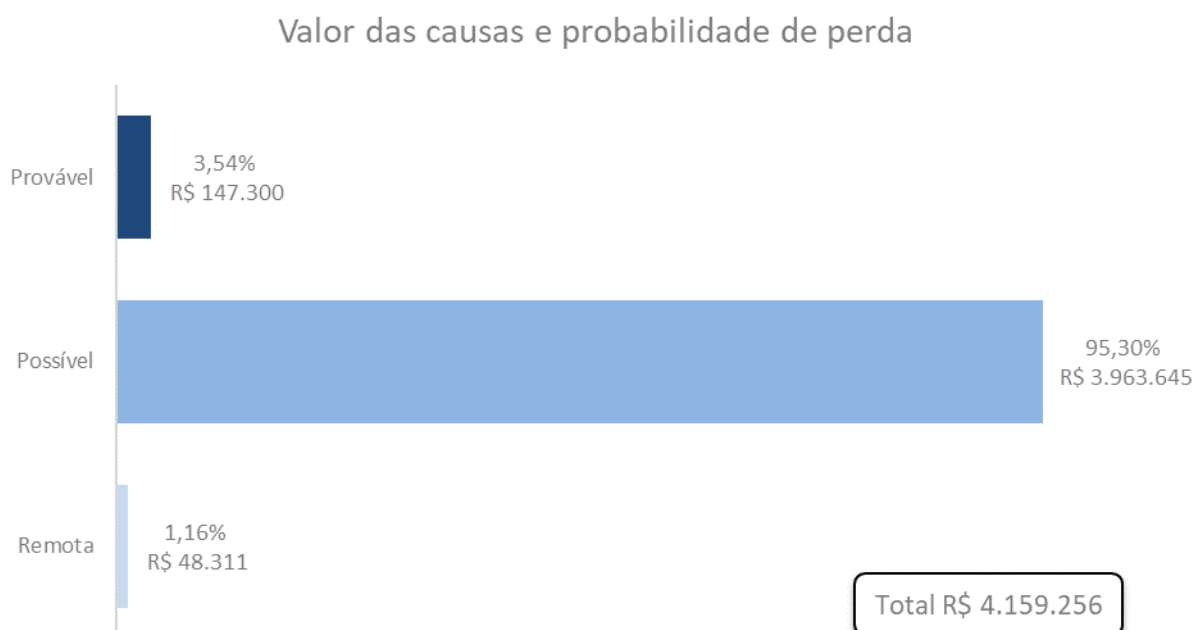
6.1. Contingências Passivas

No guia de melhores práticas contábeis, há diretrizes e orientações sobre temas específicos. Um deles orienta ao CF da EFPC ter conhecimento do relatório das ações judiciais, incluindo eventuais reavaliações, e verificar se a Fundação está realizando registro contábil das provisões e divulgando informações sobre os passivos contingentes em notas explicativas de forma adequada.

Relatório de Ações Judiciais

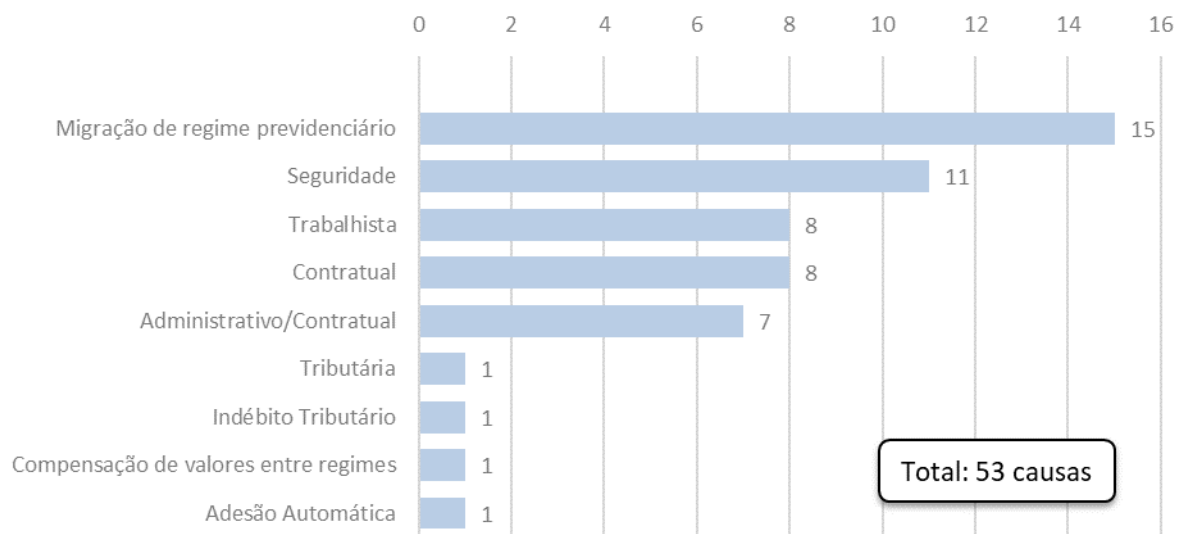
A área jurídica recebe relatórios com um resumo financeiro, e a relação de ações judiciais, passíveis ou não de provisionamento e/ou divulgação. Em cumprimento destas práticas, o Conselho Fiscal teve acesso ao relatório de Ações Judiciais, sendo disponibilizado na íntegra. A título de registro, fica evidenciada a síntese dos processos. No relatório encaminhado a este conselho, em dezembro de 2022, constavam 53 causas cujos valores estimados das causas totalizavam R\$ 4.159.256,17 com valor médio das causas de R\$ 78.476,53.

As duas figuras abaixo ilustram a distribuição dessas causas em duas dimensões, probabilidade de perda e o número por natureza da causa. Na primeira figura destaca-se o fato de 95,30% das causas com possível perda e apenas 3,54% com perda provável.



Na segunda figura destaca-se o elevado número de causas relativas a Migração de regime previdenciário (28%), natureza vinculada a interpretação da legislação vigente e a delimitação dos direitos dos servidores.

Número de causas por natureza



Provisões Contingenciais

As provisões em caráter contingenciais devem ser contabilizadas no “Exigível Contingencial”, tendo como contrapartida a conta “Constituição/Reversão de Contingências”, segundo Pronunciamento Técnico Contábil - CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e dispositivo Previc.

Os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno dos eventos (processos) em que a Fundação figura como réu, deverá ser analisado por entidade competente, sendo este classificado como provável (Reconhecer), possível (Divulgar o passivo contingencial) ou remota (Não fazer nada) segundo o mesmo CPC 25.

Depósitos Judiciais

A Fundação impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer o direito líquido e certo de não se sujeitar à exigência do PIS e da COFINS sobre suas receitas. Por esse motivo, a partir de fevereiro de 2019, os valores relativos a esses tributos passaram a ser depositados judicialmente sem prazo determinado para mudança de estratégia. O processo aguarda julgamento, pela 3ª Vara de Execuções Fiscais.

PIS e COFINS

Ativo⁹

Conta Contábil	Descrição	Saldo Atual
1.02.02.04	DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	5.970.303,49
1.02.02.04.01.01.01.0049	COFINS	5.067.506,76
1.02.02.04.01.01.01.0160	PIS	823.469,86
1.02.02.04.01.01.01.0321	Depósitos Judiciais	79.326,87

⁹ COFINS via depósito judicial pós Mandado de segurança; PIS via depósito judicial pós Mandado de segurança; e Causas Prováveis com depósito judicial.

6.2. Gestão de Risco e Compliance

De maneira contínua o órgão de Gestão de Riscos e Mapeamento de Processos monitora o cumprimento das Obrigações Legais da Entidade, descritas no Calendário Abrapp, por meio da utilização de um sistema terceirizado. Nesse mesmo sistema, através do módulo de Gestão de Perdas Operacionais, monitora as perdas operacionais registradas pelas áreas, fazendo dessa forma uma gestão de riscos mais ativa, sugerindo planos de ação para evitar que novas ocorrências aconteçam.

No segundo semestre de 2022, foi finalizado o trabalho de revisão dos fluxos operacionais dos processos da Prevcom com apoio da Consultoria PFM, totalizando 121 fluxos validados pelas áreas. Em outubro do mesmo ano, foi iniciada a revisão dos manuais operacionais dos processos da Entidade, também com suporte da Consultoria PFM, sendo que até 31/12 foram validados 05 manuais. Além disso, em novembro de 2022 a área deu início ao 5º Ciclo de Avaliação de Riscos da Prevcom com a revisão do dicionário de avaliação de riscos, treinamento para os funcionários sobre o processo de avaliação de riscos e controles e, por fim, deu início as entrevistas para avaliação dos riscos dos processos juntamente com a diretoria executiva e os gestores de cada área. A previsão de encerrar as demais etapas do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos é maio de 2023.

Paralelamente, com apoio da Consultoria de Compliance ICTS Protiviti foi dada continuidade ao processo de implantação do Programa de Compliance na Entidade. No mês de julho foi aprovada a revisão do Código de Ética da Prevcom para atender as melhores práticas. Em novembro foi contratado um Canal de Denúncias independente, a área realizou toda parametrização da ferramenta e realizou o treinamento dos usuários. Além disso, foram aprovados diversos documentos que darão a base para o Programa de Compliance: - Política de Compliance - Política de Conflito de Interesses - Política de Anticorrupção e Combate à Fraude (revisão) - Política de Treinamento de Compliance - Programa de Treinamento e Comunicação de Compliance.

6.3. Controles Internos

Com a aprovação da Política de Auditoria Interna, juntamente com o Plano Anual de Auditoria em novembro de 2022, a Assessoria de Auditoria Interna e Controladoria obteve autorização do CD para iniciar efetivamente os trabalhos de auditoria. Para tanto, foi elaborado o Manual de Auditoria Interna, bem como diversos documentos que suportam a metodologia adotada. A metodologia consiste na aplicação de quatro etapas, conforme segue: Planejamento da Auditoria, Execução, Comunicação e Monitoramento.

Além do início dos trabalhos de campo, a auditoria passou a realizar o monitoramento das recomendações emitidas pelos órgãos de fiscalização e controle da Prevcom. Este processo já vem sendo realizado desde dezembro de 2022. Para a realização do monitoramento a auditoria tem utilizado a ferramenta Unio, onde é possível checar o acompanhamento dos responsáveis pelas ações e a disponibilização das evidências que suportam a realização das ações.

A seguir apresenta-se quadro resumo, demonstrando o avanço da implementação da Auditoria Interna:

AUDITORIA INTERNA				
Etapa	Atividade	Status / 1º sem 2022	Status / 2º sem 2022	Observações
Assessment	Entendimento da estrutura de governança.	Concluído	Concluído	
	Análise e entendimento da estrutura de processos.	Concluído	Concluído	
	Entendimento do gerenciamento de riscos da Prevcom.	Concluído	Concluído	
Estruturação	Elaboração dos fluxos operacionais da Auditoria Interna.	Em elaboração	Concluído	Os fluxos foram elaborados em junho e sofreram alterações até a aprovação da Política de Auditoria em 10/2022.
	Elaboração da Política de Auditoria Interna.	Em aprovação	Aprovado	A Política de Auditoria foi aprovada pelo CD na 128ª reunião, no dia 18/10/2022.
	Elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAINT).	Em aprovação	Aprovado	O Plano Anual de Auditoria (PAINT) foi aprovado pelo CD na 128ª reunião, no dia 18/10/2022.
	Elaboração do Manual de Auditoria Interna.	Em elaboração	Concluído	O manual foi elaborado e hoje está em fase de testes pela Auditoria Interna, antes de sua aprovação definitiva.
	Cadastramento (Unio) dos Planos de Ação, sobre as recomendações emitidas pelos órgãos de fiscalização e controle da Prevcom.	Em elaboração	Concluído	Todas as recomendações emitidas pelos órgãos até o mês 10/2022 foram cadastradas. As próximas recomendações a serem cadastradas são oriundas do Relatório de Controles Internos 1º sem de 2022 do CF; Relatório de Fiscalização Permanente da Previc, emitido em fevereiro de 2023 e o Relatório da Auditoria Externa (BDO) 2022/2023.
	Modelagem do Relatório de Monitoramento das Recomendações.	Em elaboração	Concluído	O modelo do relatório foi elaborado em 12/2022 e desde então, vem sendo aprimorado.
Execução	Execução do processo de auditoria conforme PAINT aprovado.	Não iniciado	Execução	A auditoria de processo foi iniciada pelo processo de Folha de Benefícios, conforme Paint aprovado.
	Emissão de Relatório de Auditoria.	Não iniciado	Em elaboração	O primeiro relatório será emitido em março/2023.
	Emissão de Relatório Semestral de Atividade da AI (RAINT).	Não iniciado	Não iniciado	O primeiro RAINTE será emitido em março/2023.
	Emissão de relatórios de monitoramento das Recomendações.	Não iniciado	Concluído	A emissão do relatório de monitoramento foi iniciada em dezembro de 2022.

6.4. Controladoria

Com a instituição da Auditoria Interna na 125ª reunião do Conselho Deliberativo (28/07/2022), a Prevcom inicia os trabalhos para a implementação dos processos da Controladoria em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) e do Conselho Fiscal (CF). Tendo formalizado suas atribuições na Portaria nº 25 de 04/02/2023, o assessor responsável vem alocando esforços para a operacionalização da área.

Como já mencionado anteriormente, a assessoria atuará em duas frentes. Seguindo o modelo já aplicado por outras entidades fiscalizadas pelo TCE, conforme seu porte e proporcionalidade, a assessoria da Prevcom adotará um regime de dedicação parcial para os processos de auditoria interna e de controle interno.

A implantação da Assessoria de Auditoria Interna e Controladoria é um passo importante para a gestão da Fundação. A controladoria terá como função principal fornecer informações precisas e confiáveis para

a tomada de decisões, garantindo a eficiência e a sustentabilidade dos processos monitorados, bem como apoiar a Prevcom em suas obrigações junto ao TCE.

Em especial, a Controladoria executará os processos previstos na legislação estadual e federal. Entretanto, é importante ressaltar que a função do “Controlador Interno”, prevista nessa legislação, remete à implementação de uma área de “Controle Interno”, o que pode ser facilmente confundido com a função da área de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Embora haja uma regulamentação própria para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar que define a estrutura mínima de governança e a adoção de práticas de controles internos, como a adoção da segunda linha de defesa, com especial atuação ao monitoramento de riscos e controles internos, essa figura se difere das exigências do TCE. Com funções implementadas desde a constituição da Prevcom, a segunda linha de defesa possui processos bem definidos e é hoje reconhecida como “Assessoria de Gestão de Riscos e Compliance”.

Levando em conta a realidade interna da Prevcom, a assessoria vem realizando um levantamento das obrigações determinadas pelo TCE, bem como dos apontamentos e recomendações registrados nos relatórios emitidos por este mesmo órgão, para que possamos implementar os processos compatíveis com as necessidades da fundação e que estejam aderentes à legislação vigente.

Assim como foi realizado na concepção dos processos da Auditoria, as atividades da Controladoria serão formalizadas em documentação de processos (fluxogramas e/ou manuais operacionais), bem como em normativos internos, conforme a necessidade (Política ou Portaria).

Do ponto de vista da governança, para que a independência de suas opiniões seja preservada e a imparcialidade seja respeitada, com uma atenção especial aos fatos, neutralidade e sem emissão de juízo de valor, a assessoria está subordinada ao Conselho Deliberativo, órgão máximo de deliberação e orientação superior da Fundação.

A implantação dos processos de controladoria é fundamental para a transparência e a credibilidade da Fundação perante seus participantes. Com uma gestão eficiente e transparente, a Fundação pode transmitir confiança aos seus participantes, fornecedores, colaboradores e parceiros, fortalecendo sua imagem e sua posição no mercado.

A seguir apresenta-se quadro resumo, demonstrando o avanço da implementação da Controladoria:

CONTROLADORIA				
Etapa	Atividade	Status / 1º sem 2022	Status / 2º sem 2022	Observações
Assessment	Entendimento dos requisitos legais	Não iniciado	Concluído	Foi realizado o levantamento e entendimento das diversas diretrizes que determinam as práticas de controles internos fiscalizados pelo TCE, dentre elas, a Constituição Estadual, a Instrução Normativa 001 do TCE e o Manual de Controle Interno do TCE, entre outros.
	Entendimentos dos processos existentes que estão em conformidades com as exigências legais	Não iniciado	Concluído	Entendimento dos processos que suportam os controles internos, exigidos pelas diretrizes legais (gestão de contratos, contabilidade, investimentos, gestão de pessoas, entre outros). Entendimento realizado com o apoio das áreas da Prevcom.
Estruturação	Proposição de controles e/ou relatórios	Não iniciado	Em elaboração	As premissas dos controles e relatórios estão sendo identificadas e elaboradas em um trabalho conjunto com as diretorias, com base nos relatórios emitidos pelo TCE e na legislação vigente.
	Elaboração dos fluxos operacionais	Não iniciado	Não iniciado	-
	Modelagem de Relatório de Controles Internos	Não iniciado	Em elaboração	As premissas do relatório estão sendo elaboradas com base nas reuniões com as diretorias.
Execução	Implementação e/ou transferência de atividades para a Assessoria de Auditoria e Controladoria	Não iniciado	Em elaboração	A assessoria vem mantendo reuniões com as áreas para a celebração da transferência de atividades, onde for necessário.
	Implementação dos controles e/ou relatórios pertinentes às demandas do controlador interno.	Não iniciado	Não iniciado	-
	Implementação de indicadores de monitoramento	Não iniciado	Em elaboração	O acesso ao BI foi concedido. A área deverá realizar um entendimento dos indicadores existentes para a proposição de indicadores complementares, se for o caso, para o monitoramento dos processos do escopo da controladoria.

Por fim, oportunamente e conforme avanço da implementação da Auditoria Interna, esta assessoria emitirá relatórios que subsidie o Conselho Fiscal, produzindo os efeitos e em cumprimento ao artigo 15 da Resolução CGPC 13 - 2004, conforme versão: “Art. 15. As deficiências de controles internos, sejam elas identificadas pelas próprias áreas, pela auditoria interna ou por qualquer outra instância de controle, devem ser reportadas em tempo hábil ao nível gerencial adequado, e tratadas prontamente. Parágrafo único. Em resumo, a implantação das funções da controladoria vem sendo constituídas e poderão ser observadas o próximo relatório de controles internos do CF.

6.5. Manifestação do Conselho Fiscal e recomendações do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficácia dos controles internos, os quais julgou adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data.

Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda:

- i. A continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos e que a Fundação continue oferecendo autonomia e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos setores responsáveis.
- ii. Que a PREVCOM continue buscando aperfeiçoar processos e sistemas no geral e em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos.
- iii. Que a Fundação atenda à recomendação prevista no Parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, dado o entendimento ali manifestado, que siga observando as normas vigentes para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e observância do teto remuneratório constitucional.

7 Processos de Certificação

7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da PREVCOM

A Resolução CNPC nº 39, de 30 de março de 2021 e Instrução Previc nº 41, de 03 de agosto de 2021 estabelecem procedimentos para a certificação, habilitação e qualificação dos membros da diretoria-executiva, do conselho deliberativo, do conselho fiscal e dos demais profissionais de que trata a Resolução CNPC nº 39, de 30 de março de 2021. As resoluções dispõem que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Conforme Art. 8º da Resolução CNPC nº 39/2021, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria permanece a seguinte, no 2º semestre de 2022:

CONSELHO DELIBERATIVO

Nome	Formação	Titular Suplente	Eleito/ Indicado	Prazo de mandato	Data posse	Término mandato	Nº da Habilitação	Data emissão Habilitação	Validade Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
Vago						04.06.26	2022.416	19.08.22				
Vago		Suplente	Indicado	4 anos								
João Octaviano Machado Neto	Engenheiro Civil	Titular	Indicado	4 anos	12.04.22	12.04.26	2022.105	23.03.22	12.04.26	*		
Vago		Suplente	Indicado	4 anos								
Mauro Ricardo Machado Costa	Administração	Titular	Indicado	Complementar	27.05.21	24.09.24	2021.275	22.05.21	24.09.24	ANBIMA 20	16.03.22	16.03.25
Márcio Cury Abumussi	Engenheiro	Suplente	Indicado	Complementar	24.09.20	24.09.24	2020.468	13.10.20	24.09.24	EA 06675	26.02.21	26.02.24
Cesar Silva	Administração	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.177	16.04.20	06.04.24	PA 09132	30.04.21	30.04.24
Luiz Antonio Tozi	Eng. Naval	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.220	13.05.20	06.04.24	PA 09027	28.01.21	28.01.24
Demétrius Queiroz do Rego Barros	Administração	Titular	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.81	09.03.22	04.04.26	EA07181	17.09.21	17.09.24
Tiago José Kich Temperani	Direito/contáb.	Suplente	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.79	09.03.22	04.04.26	PA05355	07.10.22	07.10.25
José Francisco Dutra da Silva	Filosofia, Letras	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.181	16.04.20	06.04.24	ANBIMA 20	16.07.21	16.07.24
Elaine Versignasi dos Santos	Administração	Suplente	Eleita	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.209	05.05.20	06.04.24	ANBIMA 20	05.03.21	05.03.24

CONSELHO FISCAL

Nome	Formação	Titular Suplente	Eleito Indicado	Prazo de mandato	Data posse	Término mandato	Nº da Habilitação	Data emissão Habilitação	Validade Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
Daniel de Souza Coelho	Economia	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.176	16.04.20	06.04.24	ANBIMA 20	11.05.22	11.05.25
Peter Greiner Júnior	Economia	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.174	16.04.20	06.04.24	PA 09131	28.04.21	28.04.24
Jaime Alves de Freitas	Contábeis/Direito	Titular	Indicado	4 anos	25.06.21	26.05.25	2021.373	14.06.21	27.05.25	EA 04869	22.06.22	22.06.25
Vago												
José Roberto de Moraes	Direito	Titular	Indicado	4 anos	15.07.22	03.06.26	2022.332	04.07.22	03.06.26	EA 03416	19.11.20	19.11.23
Fernando Zanelli	Direito	Suplente	Indicado	4 anos	15.07.22	03.06.26	2022.333	04.07.22	03.06.26	EA 03600	09.01.21	09.01.24
Paulo Rafael Minetto Maceta	Engenheiro Quim	Titular	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.109	01.04.22	04.04.26	ANBIMA 20	25.03.22	25.03.25
Filipe Camargo Barwick	Contábeis	Suplente	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.122	11.04.22	04.04.26	ANBIMA 20	29.03.22	29.03.25

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

DIRETORIA

Nome	Formação	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão da Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Carlos Henrique Flory	Economia	4 anos	03.04.20	03.04.24	2021.465	08.07.21	04.04.24	EI 01764	07.06.21	07.06.24
Francislene Nascimento	Letras	4 anos	26.05.22	26.05.26	2022.252	25.05.22	28.04.26	ANBIMA 20	07.12.21	07.12.24
Karina Damião Hirano	Direito	4 anos	03.04.20	03.04.24	2020.266	08.06.20	03.04.24	EA 03003	29.04.20	29.04.23
Karina Marçon Spechoto Leite	Direito	4 anos	05.08.20	05.08.24	2020.422	21.09.20	05.08.24	EA 02359	09.04.22	09.04.25
Patrícia Sales de Oliveira Costa	Comunicação Social	4 anos	03.04.20	03.04.24	2020.277	16.06.20	03.04.24	EA 02818	21.12.22	21.12.25

COMITÊS GESTORES

Plano de Benefícios RP	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Ana Cláudia de Oliveira Lopes	Ciência da Computação	Tribunal de Justiça	25.06.15	EA 04792	25.05.22	25.05.25
Gilson Rosenfeld Roza	Ciências Contábeis	Tribunal de Justiça Militar	25.06.15	EA 05795	23.02.20	23.02.23
Cibeli Moretti de Oliveira	Jornalista/Produtora Cultural	Assembleia Legislativa	25.05.21	Prorrogado prazo		
Marcos Hayazaki	Engenharia	Ministério Público	22.10.15	EA 04780	23.05.21	23.05.25
Ricardo Amorim Leite	Direito	Defensoria Pública	28.07.16	EA 04544	07.04.21	07.04.25
Silvia Mara Correia	Direito	Secretaria da Fazenda	25.06.15	EA 04860	11.06.22	11.06.25

Plano de Benefícios RG	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Caio Augusto de Oliveira Casella	Economia	Secretaria da Fazenda	25.06.15	PA 07842	23.08.22	23.08.25
Dalton Abranches Safi	Direito	Tribunal de Justiça Militar	25.06.15	EA 05697	17.01.20	17.01.23
Karina Leite do Carmo Conceição	Direito/Adm/Gestão Empres	Assembleia Legislativa	25.05.21	ANBIMA 20	25.05.22	25.05.25
Lia Maris Conde Pesce Rodrigues	Pedagogia	Tribunal de Justiça	04.04.18	EA 07311	15.12.21	15.12.24
Rogério Schatt Pereira	Direito	Ministério Público	04.04.18	PA 07484	28.02.21	28.02.25
Ricardo Amorim Leite	Direito	Defensoria Pública	25.06.15	EA 04544	07.04.21	07.04.25

Plano de Benefícios RG UNIS		Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alberto Teixeira Protti	Economia	USP	21.11.19	EA 08621	21.11.20	21.11.23
Fábio Luiz Engler Graner	Administração	UNESP	25.06.15	EI 04347	12.05.22	12.05.25
Marisa Masumi Beppu	Engenharia Química	UNICAMP	25.05.17	EA 06890	11.06.21	11.06.24

Plano de Benefícios PREVCOM RO		Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Carine Vogel Dutra Telles	Mestrado Adm. Publica	Governo do Estado Rondônia	09.06.22	ANBIMA 20	20.05.22	20.05.25
Felipe Ataíde de Albuquerque	Gestão pública	Governo do Estado Rondônia	09.06.22	ANBIMA 20	13.05.22	13.05.25
Jean Marciel Nunes dos Santos	Direito e Gestão pública	Governo do Estado Rondônia	09.06.22	*		

Plano de benefícios PREVCOM MULTI		Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Rogério Gonçalves da Silva Santa Fé do Sul	Administração e Direito	2 anos	10.02.21	ANBIMA 20	12.07.22	12.07.25
Maria Regina Ricardo Ribeirão Preto	Contábeis e Direito	2 anos	28.01.21	ANBIMA 20	30.07.21	30.07.24
Daniel Leandro Boccardo	Contábeis e Direito	2 anos	24.02.22	ANBIMA 20	08.02.20	08.02.23

Plano de benefícios PREVCOM MS		Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Andréa Campagna Martins Silveira	Direito		27.05.21	ANBIMA 20	23.05.22	23.05.25
Gustavo Henri Couto	Direito/Cont/Econ		27.05.21	ANBIMA 20	21.12.21	21.12.24
Cristiane Lima Maciel Nunes			16.12.22	*		

Plano de Benefícios PREVCOM MT	Formação	Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Karina Vicenzi Andrade			16.12.2022	*		
Érico Pereira de Almeida	Ciências Militares		08.07.2021	ANBIMA 20	20.06.22	20.06.25
Epaminondas Antonio de Castro	Ciências. Contábeis		08.07.2021	ANBIMA 10 e 20	27.06.22	27.06.25

Plano de Benefícios SP Previdência	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Roberto Augusto Baviera (Presidente)		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo		
Agnaldo dos Santos Galvão		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	ANBIMA 10 ANBIMA 20	20.12.21 09.02.22	09.02.2025 09.02.2025
Carlos Eduardo Schad		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	ANBIMA 20	11.02.22	11.02.2025
Celso Gabriel		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo		15.02.2022
Luis Guilherme Ribeiro do Valle Damiani		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	ANBIMA 20	11.02.22	11.02.2025
Monalisa Pisani		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo		15.02.2022
Tania Cristina de Oliveira		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo		15.02.2022
Viriato Antão Gonçalves Trancoso		Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo		15.02.2022

As prorrogações dos prazos de entrega dos certificados dos membros do Comitê SPPrevidência, foram concedidas, em caráter excepcional, pelo Conselho Deliberativo até 31.12.22. Em 30.01.23 foi enviado novo ofício à solicitando a substituição dos membros inadimplentes.

Comitê de Auditoria COAUD	Formação	Mandato	Data da posse
Evenilson de Jesus Balzer	Contábeis / Administração	2 anos	30.01.2020 **
Maurício Augusto Souza Lopes	Contábeis	2 anos	30.01.2020 **
Wilson Luiz Matar	Engenharia/Administração	3 anos	30.01.2020 **

** DISPENSADOS DE CERTIFICAÇÕES

Comitê de Investimentos	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Roberto da Rosa	EI 07640	04.06.2022	04.06.2025
Aline Camargo Karrasch	ANBIMA 20	21.01.2022	21.01.2025
Bruna Basso Zapela	ANBIMA 20	20.07.2021	20.07.2024

DIVERSOS

Nome	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Angelita de Almeida Oliveira	EA 08518	23.10.2020	23.10.2023
Carmen Ferreira de Souza Fernandes Costa	EA 03546	22.12.2020	22.12.2023
Fabiana Cristina Ishikawa Raniero	EA 08069	20.01.2020	20.01.2023
Lylían Fernandes Duarte	EA 06040	02.06.2020	02.06.2023
Raisa Helena Lemos de Macedo	CPA 20 ANBIMA CFP PLANEJAR	21.10.2021 01.10.2016	21.10.2024 30.09.2024
Sandra Regina Bidin Pavan Fermiano	EA 02649	09.10.2019	09.10.2022

COMISSÃO DE ÉTICA

Nome	Eleição em	Mandato até
Paulo Rafael Minetto Maceta	25.08.2022	25.08.2024
Karina Damião Hirano	28.01.2021	28.01.2023
Demétrius Queiroz do Rego Barros	28.04.2022	28.04.2024

7.2. Manifestação do Conselho Fiscal

Embora um membro do Conselho Deliberativo ainda não possui certificação, encontra-se dentro do prazo para esta providência, contado da data da posse, conforme estabelece o § 1º do artigo 5º da Resolução CNPC nº 39, de 30 de março de 2021.

Dos membros que integram o Conselho Deliberativo, num total de 12 – (doze) entre titulares e suplentes, há 03 (três) cargos vagos, e ainda, 01 – (um) com prazo de um ano para certificação.

Dos membros que integram o Conselho Fiscal, num total de 08 – (oito) entre titulares e suplentes, há 01 – (um) cargo vago de suplente.

Quanto aos membros do Comitê de Investimentos e Comitê Gestores, embora a exigência de certificação não esteja contemplada pela Resolução CNPC nº 39/2021, existe a necessidade de obtenção por decisão da PREVCOM. Dentre seus integrantes há 9 – (nove) casos providenciando certificação.

8 Acompanhamento dos Apontamentos do Relatório Anterior (1º Semestre/2022)

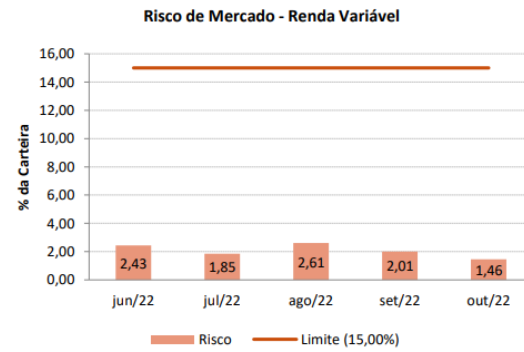
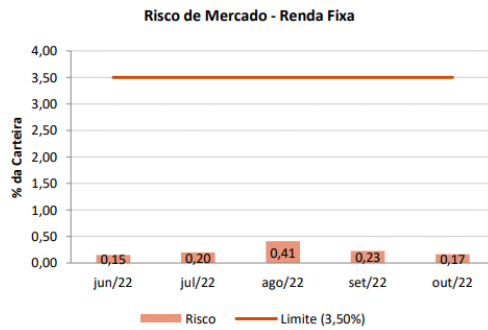
- *Este conselho recomenda que a Diretoria de Investimentos solicite a Aditus que inclua no próximo relatório indicadores de aderência as metas/bechmarks e que continue a apresentar e aprimorar o relatório sintético do consolidado dos planos com os indicadores de risco, retorno e aderência as metas/bechmarks.*

Resposta da Administração: A Diretoria de Investimentos da Prevcom já atende a essa solicitação através de relatórios gerados pela Aditus, PPS e Comdinheiro, conforme detalhado abaixo.

- 1- O sistema fornecido pela Comdinheiro, fornece um sistema que controla as posições individuais por planos e consolidada. Esse sistema gera um controle paralelo das rentabilidades e avaliação dos riscos, contemplando os indicadores abaixo:

Indicador de risco
Volatilidade no período anualizada
Índice de Sharpe no período anualizado
Maior rentabilidade mensal
Menor rentabilidade mensal
Número de meses com retorno positivo
Número de meses com retorno negativo
Volatilidade ao dia (%)
Volatilidade ao mês (%)
Volatilidade ao ano (%)
Beta
Correl com o IBGE_IPCA
Erro Quadrático Médio (%)
Raiz do Erro Quadrático Médio (%)
Tracking Error (%)
Índice de Sharpe ao dia
Alfa de Jensen (%)
M2 de Modigliani (%)

- 2- O mandato da consultoria Aditus é para avaliação e monitoramento dos riscos dos investimentos. A avaliação é feita individualmente por planos, através do **Relatório de Compliance**, cujo objetivo é verificar a aderência dos investimentos do plano às diretrizes de aplicações estabelecidas pela Política de Investimentos e apresenta o risco de mercado incorrido pela carteira de investimentos em relação ao limite de VaR e/ou B-VaR dos mandatos e/ou segmentos, assim como o limite de stress test, conforme previsto em Política de Investimentos. Ex. Risco de Mercado Renda Variável e Renda Fixa do PLANO PREVCOM RG UNIS



3- A PPS consultoria responsável pela avaliação dos investimentos realizados pelos planos. O relatório de Avaliação de performance, análise individualmente todos os ativos (Fundos de Investimentos) que compõe as carteiras dos planos da Prevcom. Incluindo, Análise de Estilo para verificação de aderência a seus benchmarks, Indicadores de Desempenho, Perfil de Retornos e comparativo de Retornos. Ex. análise do Fundo Bela Cintra

DADOS CADASTRAIS

CNPJ: 18.972.445/0001-07
CÓD. ANBIMA: 353094
NOME FANTASIA: BELA CINTRA FI RENDA FIXA
GESTOR: ITAU UNIBANCO SA
ADMINISTRADOR: ITAU UNIBANCO SA
CLASSIFICAÇÃO: RENDA FIXA
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 0,06%
BENCHMARK: META ATUARIAL

SITUAÇÃO

ÚLTIMA COTA: 2,81209
PATRIMÔNIO: 1.027.430.864,01

SIMULAÇÃO - CRITÉRIOS

AGRUPAMENTO PPS: -
ATIVO LIVRE DE RISCO: CDI
APURAÇÃO DA COTA: LÍQUIDO
ÍNDICE DE REFERÊNCIA: META ATUARIAL

ANÁLISE DE ESTILO

	CDI	IRF-M	0,00%
	85,52%		
	10,20%	IMA B 5+	3,53%
	0,65%	DÓLAR PTAX	0,10%

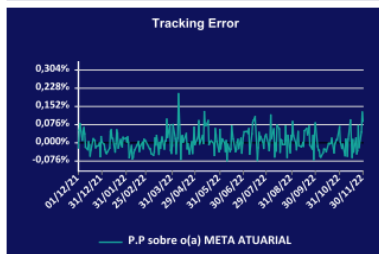
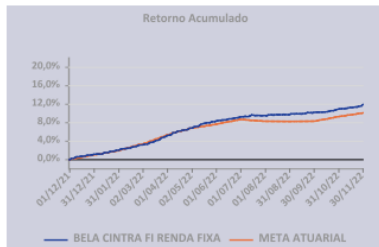
ESTILO: 52,82% | SELEÇÃO: 47,18%

DESEMPENHO

RETORNO		
PRÊMIO MÉDIO	-0,0001%	--
RETORNO ACUMULADO	11,9655%	--
RETORNO DA REFERÊNCIA	10,1365%	--
RETORNO VS. REFERÊNCIA (EM P.P)	1,8290%	--
ÍNDICES RETORNO/RISCO		
SHARPE	-0,0020	--
SORTINO	-0,0030	--
RISCO		
CURTOSE TRACKING-ERROR	4,3238	--
DOWNSIDE RISK	0,0331%	--
RISCO ATIVO	0,0428%	--
RISCO TOTAL	0,0469%	--
RISCO TOTAL ANUALIZADO	0,7456%	--

PERFIL DE RETORNOS

MESES POSITIVOS	12
MESES NEGATIVOS	0
MESES ACIMA DO META ATUARIAL	8
MESES ABAIXO DO META ATUARIAL	4
MAIOR RETORNO MENSAL	1,8697%(03/2022)
MENOR RETORNO MENSAL	0,1960%(08/2022)



COMENTÁRIOS DO ANALISTA

Campos calculados com:
META ATUARIAL, vide composição na capa.

QUADRO COMPARATIVO DE RETORNOS

FUNDO	MÊS	ANO	12 MESES	24 MESES	36 MESES	MELHOR DIA	PIOR DIA
FUNDO	0,90%	10,68%	11,97%	29,64%	42,39%	0,28% (08/04/2022)	-0,09% (18/07/2022)
META ATUARIAL	0,74%	8,98%	10,14%	26,84%	38,15%	0,09% (24/03/2022)	-0,02% (26/07/2022)
CDI	1,02%	11,14%	12,00%	16,25%	19,71%	0,05% (24/10/2022)	0,03% (07/12/2021)
IRF-M	-0,66%	7,24%	9,26%	7,16%	12,84%	0,75% (29/11/2022)	-1,32% (10/11/2022)
IMA-S	1,01%	11,51%	12,38%	17,10%	19,95%	0,07% (21/02/2022)	0,01% (20/04/2022)
IMA-B	-0,79%	6,58%	6,82%	10,34%	14,22%	1,24% (04/08/2022)	-1,47% (10/11/2022)
IMA B 5	-0,33%	8,76%	9,62%	15,81%	24,38%	0,56% (04/08/2022)	-0,56% (10/11/2022)
IMA B 5+	-1,18%	4,54%	4,19%	5,03%	5,75%	1,99% (04/08/2022)	-2,27% (10/11/2022)
IMA-GERAL	-0,06%	8,82%	9,76%	12,09%	16,76%	0,55% (29/11/2022)	-0,78% (10/11/2022)
IPCA	0,41%	5,13%	5,90%	17,27%	22,33%	0,07% (02/03/2022)	-0,03% (07/07/2022)
INPC	0,38%	5,21%	5,97%	17,59%	23,70%	0,08% (02/03/2022)	-0,03% (06/07/2022)
DÓLAR PTAX	0,71%	-5,13%	-5,80%	-0,71%	25,33%	3,15% (25/04/2022)	-3,82% (03/10/2022)

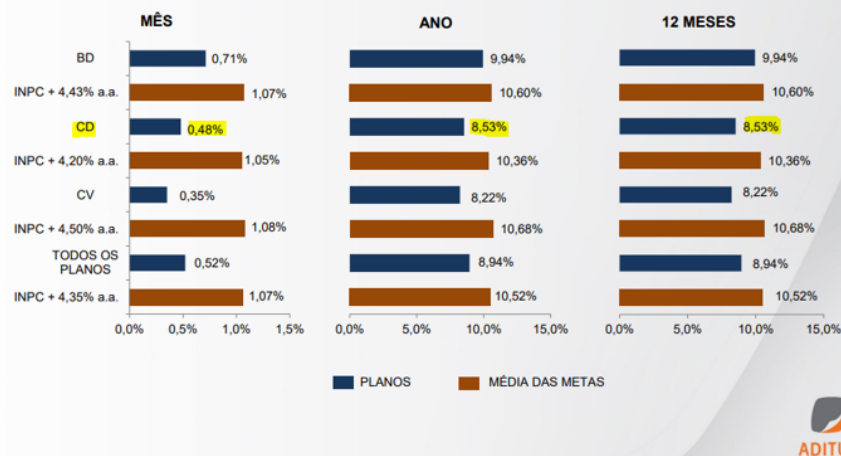
- *Este conselho recomenda que a PREVCOM sempre busque avaliar e comparar a qualidade de gestão e performance da rentabilidade de outros fundos de previdência similares e indicadores do setor, como os produzidos pela ABRAPP (https://www.abrapp.org.br/wp-content/uploads/2021/05/ConsolidadoEstatistico_05.2021-2.pdf). Essas informações podem indicar possíveis melhorias operacionais. Destacamos que a Diretoria Executiva apresentou ao CF alguns comparativos de rentabilidade com fundos selecionados, mas destacamos que esse esforço deveria ser feito de forma sistemática e com metodologia transparente.*

Resposta da Administração: A Prevcom já avalia e compara a performance a rentabilidade dos Planos Prevcom em relação a Fundos de Previdência com características similares, confrontando dados Estatísticos apresentados pela Previc, Abrapp, comparativo elaborado pela mensalmente pela Aditus (120 EFPCs R\$ 307bi de ativo) e Ranking com rentabilidade das Entidades de Previdência Pública elaborado pela área de comunicação da Prevcom.

1- Aditus – Comparativo Mensal

RESULTADOS DOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS

MEDIANA DAS RENTABILIDADES – DEZEMBRO 2022



PREVCOM
Mês: 0,54%
Ano: 8,68%

2- Estudo - Previc

Tabela Rentabilidades X Índices Inflação

ANO	Rentabilidade GERAL	Rentabilidade BD	Rentabilidade CV	Rentabilidade CD	IPCA	IGPM
2010	13,73%	14,46%	11,93%	10,60%	5,91%	11,32%
2011	9,99%	10,08%	9,98%	8,87%	6,50%	5,10%
2012	15,70%	15,70%	16,21%	15,05%	5,84%	7,82%
2013	3,41%	4,24%	1,51%	0,64%	5,91%	5,51%
2014	7,30%	6,27%	9,43%	10,39%	6,41%	3,69%
2015	5,84%	3,78%	9,65%	10,81%	10,67%	10,54%
2016	14,82%	14,25%	15,38%	16,77%	6,29%	7,17%
2017	11,27%	11,42%	10,60%	12,14%	2,95%	-0,52%
2018	12,19%	13,66%	10,42%	8,88%	3,75%	7,54%
2019	14,34%	14,85%	14,16%	12,80%	4,31%	7,30%
2020	11,12%	14,20%	7,42%	5,18%	4,52%	23,14%
2021	6,07%	7,36%	5,03%	2,51%	10,06%	17,78%
03/2022	5,22%	6,20%	4,13%	3,29%	3,20%	5,49%
06/2022	5,18%	5,87%	4,47%	3,47%	5,49%	8,16%
09/2022	8,10%	8,59%	7,61%	6,93%	4,09%	6,61%
10/2022	9,13%	9,23%	9,11%	8,61%	4,70%	5,58%
Projeção 2022	11,05%*	11,18%*	11,03%*	10,42%*	5,92%**	5,42%**

* => Rentabilidade alcançada até outubro de 2022 projetada para todo o ano de 2022
 ** => Projeções do IPCA e IGPM apresentadas no Boletim Focus do BCB de 02/12/2022

3- Dados Estatísticos – Abrapp (agosto_2022)

Período	CDI	IMA Geral	IBOVESPA	TMA/TJP*	EFPCs	PREVCOM
2008	12,38%	12,69%	-41,22%	12,87%	-1,62%	
2009	9,88%	12,90%	82,66%	10,36%	21,50%	
2010	9,77%	12,98%	1,04%	12,85%	13,26%	
2011	11,58%	13,65%	-18,11%	12,44%	9,80%	
2012	8,40%	17,72%	7,40%	12,57%	15,37%	
2013	8,06%	-1,42%	-15,50%	11,63%	3,28%	
2014	10,82%	12,36%	-2,91%	12,07%	7,07%	
2015	13,26%	9,32%	-13,31%	17,55%	5,22%	
2016	14,01%	20,99%	38,94%	13,60%	14,56%	
2017	9,93%	12,82%	26,86%	8,86%	11,36%	
2018	6,42%	10,05%	15,03%	10,14%	12,30%	10,05%
2019	5,96%	12,81%	31,58%	10,73%	14,24%	12,70%
2020	2,76%	5,34%	2,92%	11,53%	11,13%	8,84%
2021	4,42%	0,97%	-11,93%	15,59%	5,88%	9,37%
ago/22	1,17%	1,40%	6,16%	0,05%	1,30%	0,85%
2022	7,75%	6,45%	4,48%	7,79%	6,65%	6,25%
12 meses	10,23%	7,87%	-7,79%	13,81%	6,56%	8,58%

4- Entidades de Previdência Pública

Rentabilidade Consolidada das EFPC					
Entidade	mai-22	jun-22	jul-22	ago-22	set-23
Prevcom BRC	5,17%	5,46%		5,28%	5,53%
RJPrev CD		4,79%	5,05%	6,27%	7,35%
Preves CDT	4,21%	3,78%	4,65%	6,53%	7,56%
Prevcom	4,39%	4,18%	5,35%	6,25%	6,58%
PrevNordeste Piauí	3,24%	3,93%	4,92%	5,92%	6,80%
Preves SE	1,03%	3,32%	4,18%	6,11%	7,13%
PrevNordeste Sergipe	2,91%	3,44%	4,39%	5,30%	6,06%
Funpresp-Exe	4,05%	3,14%	3,60%	5,03%	5,94%
PrevBahia PB Civil	2,52%	2,74%	3,65%	4,42%	4,94%
SCPrev	1,98%	1,66%	3,16%	4,05%	6,09%
DF-Prevcom	3,50%	1,88%	3,26%	5,06%	5,86%
Prevcom-MG		2,07%	3,24%	4,02%	4,70%
Funpresp-Jud	2,20%	1,15%	2,22%	3,95%	4,81%

Além dos acompanhamentos apresentados acima, estamos trabalhando na contratação da licença do sistema “Inside System”, que apresenta uma visão ampla das EFPCs. É um sistema de acompanhamento e comparação das performances, custos, número de participantes e estrutura de investimentos das Entidades e de seus Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa. Possui uma base de dados com cerca de 500 EFPCs, incluindo informações quantitativas, histórico de mais de 68 mil Dirigentes e Conselheiros e cerca de 7.800 Patrocinadoras.

- *O Conselho Fiscal recomenda que o comitê analise e registre em ata e de forma consistente a posição do comitê com relação a investimentos com rendimentos abaixo da meta e em particular dos investimentos de pior performance ou que estão apresentando resultados abaixo do esperado de forma recorrente.*

Resposta da Administração: Com base nos relatórios de análise, o comitê de investimentos avalia os resultados dos fundos de investimentos e se posicionará em ata sobre o resultado dos investimentos abaixo do benchmark. Complementamos que essas informações já estão disponíveis mensalmente para o Conselho Deliberativo e Fiscal.

- *Este conselho recomenda que a diretoria executiva encaminhe para aprovação do Conselho Deliberativo a inclusão de limites de stress test nas políticas de investimento.*

Resposta da Administração: A Diretoria Executiva não é favorável ao uso do critério de stress test em política de investimentos para definição e limitação dos investimentos da carteira.

- *Baseado nas demonstrações contábeis, financeiras e demais documentos disponibilizados pela PREVCOM, esse Conselho verificou que os valores realizados no primeiro semestre, em investimento em ativo permanente, no item computadores e periféricos, permaneceram inferiores aos valores orçados para o período, sendo que o realizado foi muito aquém dos valores imputados a conta de depreciação. Por deliberação da Diretoria Executiva, os equipamentos utilizados pelos empregados são locados, mediante um contrato firmado com a Vivo.*

Resposta da Administração: A Prevcom optou pela mudança de utilização de desktops (comprados) para notebooks (alugados) para facilitar a mobilidade dos funcionários, resultando melhor custo benefício para Entidade.

- *No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicação de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 5º da Resolução CNPC nº 48/2021, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas.*

Resposta da Administração:

- A PREVCOM segue a legislação em seus contratos e processos licitatórios nas contratações referentes à atividade meio, assim como obedece às regras aprovadas pelo Conselho Deliberativo para contratações na atividade fim, conforme previsto na Lei 14.653/11.

- À época da elaboração da Lei estadual nº 14.653/2011, foi adotada pelo Estado de São Paulo, ente federativo pioneiro na implantação do regime de previdência complementar para os servidores públicos, a diretriz preconizada no art. 40, §15, da Constituição Federal, que determinava que a entidade fechada de previdência complementar gestora do novo regime previdenciário tivesse natureza pública.

A Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras e disposições transitórias, alcançou o § 15 do art. 40, definindo que o regime de previdência complementar do servidor público poderá ser efetivado por

intermédio de entidade fechada ou aberta de previdência complementar, observado o art. 202, não mais se exigindo a natureza pública das entidades.

Numa interpretação sistemática e teleológica da Emenda Constitucional nº 103/2019, percebe-se o intuito de aproximação cada vez maior entre as entidades de previdência complementar fechadas e abertas, estas notadamente regidas pelo direito privado, desfazendo qualquer distinção entre as entidades destinadas aos servidores públicos e àquelas destinadas ao público em geral.

Na linha deste entendimento, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, entidade criada a partir do mesmo comando constitucional que a SP-PREVCOM, provocou a alteração da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e autorizou sua criação, resultando na exclusão da expressão “natureza pública” da fundação, conforme Medida Provisória nº 1.119, de 25 de março de 2022.

Sob esta perspectiva, em que pese a nova redação do §15 do art. 40 da Constituição Federal não proíba ou anule a implementação de regimes de previdência complementar por meio de entidades fechadas de caráter público, diante do novo arcabouço constitucional, que elimina a necessidade da natureza pública às EFPCs que administram planos de benefícios de caráter previdenciário de servidores públicos e determina a observância integral do art. 202, entendemos que a Lei nº 14.653/2011 também pode ser readaptada ao novo preceito constitucional, dado que a criação da SP-PREVCOM decorreu de fundamento hoje já superado.

- Quanto à realização de concurso público, a Fundação, por solicitação do Conselho Deliberativo, encaminhou ao Patrocinador o Estudo de Revisão da Estrutura Organizacional realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas para análise. A Diretoria Executiva depende de ações do Patrocinador e do Conselho Deliberativo para dar andamento nessa questão.

- Com relação a adequação aos limites para cobertura das despesas administrativas de acordo com legislação vigente, a Fundação continua monitorando os índices com base apresentado no estudo de viabilidade/parecer, reportando-os ao Conselho Fiscal. O CF, como órgão de controle, deverá acompanhar esses indicadores e informar no relatório semestral os resultados auferidos do enquadramento ou os devidos ajustes, se forem necessários.

- *Sendo competência do TCE-SP “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, exceto o da Capital, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas”, no caso de entendimento diverso do adotado pelo TCE-SP devem ser adotados procedimentos para alinhar o entendimento entre a fundação e o Tribunal de Contas evitando, assim, qualquer fragilidade*

nas aprovações das contas da fundação e responsabilizações por adoção de critérios diversos de auditoria/fiscalização.

Resposta da Administração: A Prevcom busca atender todas as recomendações do TCE-SP.

- *Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do Orçamento Anual das Despesas Administrativas - OADA da Fundação, somadas às iniciativas e adequação desta ao cenário econômico e político de instabilidade, o Conselho Fiscal julga satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução. No entanto, apontamos que, novamente, as despesas realizadas no período foram significativamente inferiores ao orçado. Desta forma, recomendamos que a Entidade busque maior parcimônia na elaboração do orçamento, com base no histórico e no contexto previsto. É fato que é melhor um orçamento que não gere a necessidade de justificativas por ultrapassar as projeções, conforme opinião do Conselho Deliberativo, porém entendemos importante que a Fundação busque reduzir essas diferenças gradativamente, demonstrando assim o aperfeiçoamento do planejamento e gestão da Fundação.*

Resposta da Administração: O PGA da Entidade está sendo acompanhado para otimizar e aperfeiçoar as projeções orçamentárias, juntamente com a consultoria externa contratada.

- *Tendo em vista, inclusive, que a Entidade possui mais de cinco anos de histórico como base para a elaboração do orçamento, este Conselho reitera a recomendação que este seja elaborado inclusive tendo em consideração as seguintes rubricas, que apresentaram valores realizados significativos no período: portabilidade (entrada e saída), resgate, autopatrocinados, pagamentos de benefícios e fundo de risco.*

Resposta da Administração: Conforme respondido no item 7*, as rubricas descritas acima estão sendo consideradas.

*Item 7: O PGA da Entidade está sendo acompanhado para otimizar e aperfeiçoar as Projeções orçamentárias, juntamente com a consultoria externa contratada.

Nos termos da manifestação da PREVIC, datada de 07/12/2018, quanto ao atendimento dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29/2009 (revogada pela Resolução CNPC nº 48/2021), este conselho entendeu que deviam ser computados nos referidos limites os valores recebidos da MAG Seguros. Portanto, recomendou que a Entidade avaliasse a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresentasse um plano de contingência considerando que a PREVIC mantivesse o seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação. Tal observação se reflete nos indicadores de gestão 4.1 e 4.2 sendo que ambos extrapolam os limites legais. O limite citado no dispositivo revogado é aquele aplicável aos planos regidos pela LC 108. De acordo com a nova norma, receitas administrativas (como as provenientes de seguradoras, venda de imobilizado, publicidade etc.) não devem ser deduzidas do limite normativo.

Resposta da Administração: A Prevcom enviou à PREVIC estudo minucioso que demonstra a necessidade de ampliação do prazo para o enquadramento da entidade as regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 29 de 2009. A resposta ao último ofício foi encaminhada em 14 de setembro de 2021 e não houve retorno da Superintendência.

- *O Conselho Fiscal, tendo em vista a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Resolução CNPC nº 48/2021, recomenda que o Conselho Deliberativo indique metas e limites quanto aos indicadores de gestão, inclusive para melhor nortear a análise das evoluções dos indicadores. Recomendamos também que a Fundação apresente na medida do possível comparativos com outras entidades ou segmento relevante.*

Resposta da Administração: A aprovação das contas orçamentárias e dos indicadores de gestão, ocorreu na 116ª reunião ordinária, em 28 de outubro de 21. Havendo a necessidade de revisão desses indicadores a Prevcom está à disposição.

- *Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda: i. A continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos e que a Fundação continue oferecendo autonomia e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos setores responsáveis.*

Resposta da Administração: O órgão de gestão de riscos e controles internos possui autonomia e o total apoio da alta administração (Diretoria, Conselhos e COAUD), desta forma, os trabalhos da área vem se intensificando com o suporte da consultoria especializada de risco operacional e controles internos.

- *Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda: ii. Que a PREVCOM continue buscando aperfeiçoar processos e sistemas no geral e em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos.*

Resposta da Administração: No segundo semestre de 2021, a Entidade deu início as atividades de revisão de todos os fluxos e manuais dos procedimentos operacionais das áreas. Além disso, para gerenciar os riscos, a Entidade realiza de forma contínua, os ciclos de avaliação de riscos, cujo resultado permite à Fundação compreender os pontos críticos de seus processos e implantar planos de ação para mitigar os riscos que apresentam deficiência de controle. A cada realização de um novo ciclo, a Entidade busca aprimorar seus critérios de avaliação e mensuração. Por fim, a Prevcom busca investir constantemente em tecnologia para aperfeiçoar seus processos e aumentar a capacidade produtiva das áreas, diminuindo eventuais falhas humanas.

- *Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda: iii. Que a Fundação atenda à recomendação prevista no Parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, dado o entendimento ali manifestado, que siga observando as normas vigentes para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e observância do teto remuneratório constitucional.*

Resposta da Administração:

- O teto remuneratório constitucional está sendo observado;
 - A Prevcom segue a legislação em seus contratos e processos licitatórios na atividade meio;
 - Sobre a realização do concurso público, a fundação, por solicitação do Conselho Deliberativo, encaminhou ao Patrocinador o Estudo de Revisão da Estrutura Organizacional realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas para análise. Aguardando retorno.
- *Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda: iv. Que o regulamento para contratação de pessoal da Fundação seja atualizado para refletir os preceitos e procedimentos indicados no regulamento sobre a POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO e PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE, demonstrando assim o empenho em afastar possíveis conflitos de interesse e potenciais riscos de imagem.*

Resposta da Administração:

A Prevcom analisou os itens mencionados na Política Anticorrupção e Prevenção e Combate à Fraude e verificou que não se trata de temas relacionados à contratação de pessoal. Para os prestadores de serviços com terceiros, a Prevcom possui cláusulas específicas que tratam desse tema em todos os contratos.

Membros Conselho Fiscal

DocuSigned by:
Daniel de Souza Coelho
4958F29C30B640E...

Daniel de Souza Coelho
Conselheiro Presidente

DocuSigned by:
Paulo Rafael Minetto Maceta
D010DEBCF3B1488...

Paulo Rafael Minetto Maceta
Conselheiro

DocuSigned by:
Jaime Alves de Freitas
DEDBAF8C6F414AE...

Jaime Alves de Freitas
Conselheiro

DocuSigned by:
José Roberto de Moraes
73DDC19AA2D9401...

José Roberto de Moraes
Conselheiro

Anexos¹⁰

- I. Lâminas individuais por Planos e Consolidada;
- II. Relatório de Compliance individuais por Plano;
- III. Política de investimento de cada Plano Relatório de despesas Intrag
- IV. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS;

¹⁰ Documentos elaborados e fornecidos pela administração da Entidade

- V. Fluxo de Caixa;
- VI. Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final; IX – Relatórios Gerenciais.